Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 28 de fevereiro de 2023
Ata N.º 16

No dia trinta de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro

PONTO DOIS – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO TRÊS – Desvinculação do Município de Palmela da Associação UNIV Sénior de Palmela

PONTO QUATRO – Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos

PONTO CINCO – Informação sobre atividade das Comissões da Assembleia Municipal

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;

- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências:
Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros o **Sr. João Manuel da Cruz, e o Sr. Nuno Miguel dos Santos Passos da CDU, a Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro do PS, o Sr. Diamantino de Sousa Pereira do MCCP**, **e a Sra. Mónica Cristina David Toscano Piçarra do PPD/PSD,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito boa noite, dez minutos de tolerância académica, vamos avançar bem-vindos a esta Assembleia Municipal ordinária da Câmara Municipal de Palmela. Temos cinco pontos na ordem de trabalhos, temos um período antes da ordem do dia recheado de moções e saudações e teremos, com certeza também um período, eventualmente do público, se assim entenderem.

Vamos fazer a chamada, penso que estamos todos genericamente em condições para começar, portanto, fazíamos a chamada, desde já, aproveito, entretanto, neste introito para cumprimentar o Sr. Presidente de Câmara, as Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, os técnicos da autarquia aqui em trabalho e os caríssimos membros da Assembleia Municipal e a Sra. jornalista presente também e o público que está cá.

Vamos então a chamada que já estamos todos sentados."

<u>Período de Intervenção dos Munícipes</u>

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Feita a chamada vamos então avançar para o período do público e, portanto, aquilo que solicito é que quem esteja no público e queira fazer intervenção, se identifique e pode posteriormente fazê-la.

Tenho uma inscrição, faz favor aqui junto do micro, porque tem que ficar gravado se faz favor."

Sr. Francisco Arzileiro:

"Então boa noite a todos, Sr. Presidente da Câmara, muito boa noite também, Srs Membros da Assembleia. Eu venho aqui para falar de um assunto que hoje todos os Pinhalnovenses estão indignados."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Pode-nos dizer só o seu nome por favor."

Sr. Francisco Arzileiro:

"Desculpe, o meu nome é Francisco Arzileiro, tenho setenta anos, sou reformado e vivo há trinta anos no Pinhal Novo. Dizia eu que todo o povo Pinhalnovense está indignado, porque aconteceu aquilo que era inevitável acontecer. O Centro Zeca Afonso, hoje de manhã, para que todos saibam, não praticou o chamado serviço de urgências. A médica única e simplesmente não apareceu. Trinta pessoas ficaram na lista de espera desde as sete da manhã que era uma coisa que já não se via há muito tempo no Pinhal Novo, desde o falecimento do João Henriques, quando nós íamos para o Pinhal Novo, tínhamos que estar lá às seis da manhã até que abrisse o posto para apanhar uma consulta, hoje voltamos ao mesmo. Temos que ir às seis/sete da manhã, anteriormente davam-nos a senha logo às onze horas. Hoje, vamos lá até às oito da manhã quando entramos, esperamos para que nos assentem o nome e depois, às onze horas, é que vamos buscar a senha para ter consulta à uma da tarde. É vergonhoso aquilo que se está a passar no Pinhal Novo.

Há trinta anos no Pinhal Novo, lutei e lutarei sempre para que as Pinhalnovenses tenham saúde, mais e melhor saúde."

A **Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá da CDU,** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte horas e quarenta e três minutos.

É inacreditável que até agora ninguém tenha feito nada, a única coisa que se construiu no Pinhal Novo foi com a luta do povo, com a luta dos Pinhalnovenses, uma unidade de Saúde Familiar. Está equipada com tudo, tem todos os médicos, mas não dá serviço de urgência, porque é uma unidade de Saúde Familiar, enquanto nós, sem médico de família estamos à míngua de tarefeiros que não temos nada contra os tarefeiros, pelo contrário, apoiamos todos os profissionais de saúde, sejam eles tarefeiros ou não, apoiamos todos na mesma circunstância, o que é certo é que são tarefeiros que lá estão única e simplesmente vamos em até quinze de março, ficar mais sem dois médicos, o Dr. Octávio e o Dr. Filipe, ficando única e simplesmente a Dra. Raquel, a Dra. Valesca e a Dra. Natália faz só dois dias de consulta por semana, é inacreditável que haja médicos tarefeiros que sejam deslocados aos dias de semana para fazerem consultas no Poceirão, os Pinhal-Novenses e o concelho de Palmela merecia mais no que diz respeito à saúde deste Governo PS, deste Ministro da Saúde e deste Ministério da Saúde.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado pela sua intervenção.

Enfim, no âmbito da Comissão Permanente, vou dizer isto a si, mas penso que ninguém se ofenderá comigo. No âmbito da Comissão Permanente, penso que um destes dias que, se calhar já na próxima reunião agendada para treze de março, este será um dos assuntos que podemos marcar e agendar no sentido de a curto prazo também percebermos o que se passa e a forma como podemos ajudar a resolver esta situação, portanto, deixo este repto a todos os líderes dos grupos e das forças políticas aqui representados que penso que não estarão, com certeza fora desta ideia e ao Sr. Presidente de Câmara, pronto, com certeza, fará e interessará junto de quem de direito no sentido de perceber o que se passa nesta fase.

Mais algumas intervenções do público? Este é o período, quer o senhor, faz favor.

Só preciso que se identifique também se faz favor."

Sr. Francisco Jesus Marques:

"Sou Francisco José Jesus Marques, sou munícipe aqui em Palmela, ali no Cabeço Velhinho.

Peço desculpa, cheguei mesmo agora e fiquei um bocadinho …"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Nós começámos às oito e meia com um bocadinho de tolerância."

Sr. Francisco Jesus Marques

"Tive aqui um percalço, eu moro ali entre a Quinta do Corvo e o Centro de Colisão, o nosso Presidente e os Vereadores, já conhecem a minha situação, eu, vinha mais porque eu já pedi até uma reunião com a Vereadora por causa que já me alteraram outra vez o caminho, aquilo ficou mais estreito ainda e está ali um perigo não se vê nada à noite não tem sinalização nenhuma, a vedação que fizeram, nova vedação, pedi a intervenção da Câmara e após três meses que acho que a máquina estava avariada mas não interessa desde novembro, mas no final de janeiro foram la meter, ajeitar aquilo, meter gravilha, essa gravilha agora está dentro do terreno da pessoa e já foi desviado eu, não sei se a Câmara tem conhecimento disto se não e a minha indignação, pronto e eu venho aqui não sei se estão a par de que se passa, não sei como é que ficou, o que é que se está a passar e aquilo para entrar, tem que sair um carro primeiro, eu estou ali na Avenida principal a Avenida do Caminho de Ferro ou para entrar ou para sair, aquilo está um perigo, até haver ali um acidente qualquer pronto não interessa e, portanto, era essa a situação, mexeram na vedação toda aquilo estava, pronto, estava com um acesso e agora já está com não sei o que é que se passou para ali, pronto, é só essa intervenção."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ficamos com a sua indicação, obrigado.

Mais intervenções dos municípios?

Não sei Sr. Presidente sobre este assunto se quer dar alguma nota breve."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se me permitir e também sobre o anterior, porque eu fui conhecedor também, deste facto e já tomei algumas diligências."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Com certeza."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Começar por cumprimentar Vossa Excelência, restantes membros da Mesa, Sras. e Srs. Vereadores e Sras. e Srs. membros da Assembleia, naturalmente, as Sras. e Srs. munícipes, a comunicação social presente, os nossos trabalhadores e trabalhadoras e quem nos acompanha através da transmissão via streaming.

Relativamente à questão suscitada sobre estes problemas do funcionamento dos serviços de saúde em Pinhal Novo em concreto, também fui alertado para este episódio menos agradável que tem vindo a repetir-se também noutras extensões do concelho e já hoje ao fim da tarde a resposta que tive do Sr. Diretor do ACES-Arrábida, é que ficou a dever-se a doença súbita da médica, portanto, os médicos também adoecem. Em todo o caso, a preocupação que tenho manifestado junto do senhor diretor do ACES-Arrábida, diz respeito aos dados recentes que lhe solicitei em janeiro e que me chegaram já a meio deste mês, qual era o nível de resposta que nós sabemos o que é que está esquematizado e o nível de resposta real nas extensões de saúde do nosso concelho e fiquei preocupado porque se nos últimos anos, tínhamos assistido aqui alguns progressos da redução do número de utentes sem médico de família, sobretudo por via da criação da unidade de Saúde Familiar Pinhal Novo, que ainda tenho capacidade para mais um médico e, naturalmente para mais dois mil e quinhentos utentes, se for essa a opção de saúde, é que de facto, na Unidade de Saúde de Cuidados Primários de Pinhal Novo, Zeca Afonso que eles ainda chamam Praça do Ultramar vejam bem o termo que ainda utilizam, porque dantes aquilo estava noutro arruamento perpendicular à Praça da Independência., estamos neste momento com quarenta e nove por cento dos quinze mil seiscentos e oitenta e três utentes sem médico de família. Esta consulta, que é a consulta aberta tem sido aquilo que permite em situação de urgência dar algum atendimento.

Os dados também pioraram quer em Olhos de Água, que estão cem por cento sem médico de família e, em Venda do Alcaide, embora neste último caso depois de uma interrupção também me foi dada informação que estão a ir duas manhãs por semana, dois médicos que pertencem a outras unidades fazer também alguns atendimentos.

As questões têm que ver naturalmente, com a fixação e com o recrutamento de médicos, mas também tem que ver com períodos, enfim, de licenças, olhe, por exemplo, maternidade dos próprios profissionais de saúde, neste caso de doença e que nem sempre é possível a Administração de Saúde responder logo no curto espaço de tempo na sua substituição, naturalmente à outras medidas estruturantes que têm que ser tomadas e penso que as senhoras e senhores munícipes e a Câmara, e a Assembleia, sabem que o município nesse domínio tem estado bastante ativo junto das entidades, tem reunido com a ACES, com a ARS, com o Sr. Ministro da Saúde, sobre estas, e outras matérias, e aproveito para partilhar convosco que o Sr. Ministro da Saúde na última reunião em que eu estive também envolvido sobre questões aqui da Península de Setúbal falou-nos numa estrutura, enfim, no âmbito de uma avaliação e de uma proposta de atuação da direção executiva do SNS que é as chamadas "Unidades Locais de Saúde" que estava em estudo para criar ali umas unidades de gestão dos cuidados e de articulação entre os cuidados primários e os serviços hospitalares para tentar retirar pessoas das urgências etc. e que isto ia ser muito bom, porque os municípios iam poder pertencer ao Conselho de Administração desta Unidade, bom, eu disse, não é, uma questão de termos poder ou não, participar, queremos sempre e acho até que as comissões de utentes é que têm que participar nas comissões concelhias de saúde entre outros órgãos que é importante também haver alguma informação e a cidadania poder intervir e fazer chegar também a sua opinião e os seus problemas, mas, depois de nos dizerem que brevemente iríamos ser contactados na semana passada recebemos já um despacho, que está criado e que já há um grupo de trabalho constituído, enfim, por alguém da ARS, alguém do hospital e também pelo próprio diretor do ACES-Arrábida, dos três concelhos, Palmela, Sesimbra e Setúbal, para preparar então esta Unidade Local de Saúde.

A questão são os recursos e a sua fixação, isto pode ser mais uma estrutura que ainda vai é retirar respostas dos cuidados primários, ou seja, criar aqui uma coisa intermédia, se não houver mais recursos, não sei, mas não vale a pena estar aqui a emitir opinião sobre esta decisão sem perceber o seu funcionamento e sem saber efetivamente os resultados do mesmo.

Para já o que posso garantir ao amigo Arzileiro, e aos restantes municípios é que, esta é matéria que nós não voltamos a ela tempos a tempos, não há semana nenhuma em que não tínhamos interações com a saúde, por questões desta natureza que também falham noutras freguesias, ciclicamente mas também até no âmbito das negociações sobre o auto de transferência de competências nesta área que voltamos a receber mais uma versão ainda incompleta e que não sei, se alguma vez, chegaremos, chegaremos a concluir, para ter uma ideia apenas um terço dos municípios do país e que já é que assinou estão transferência na saúde, portanto, isto significa que há aqui muito trabalho ainda a fazer, portanto, estamos preocupados e não deixaremos de levar as preocupações dos nossos municípios e as suas reivindicações.

Senhor Francisco Marques, nós conhecemos a questão do caminho, o nosso compromisso e felicito o Senhor porque tem sido, de facto, um cidadão muito ativo e persistente na reivindicação até para a qualificação do caminho e a sua repavimentação. É matéria que está a ser estudada na Rede Viária, nunca chegou infelizmente a ser a obra mais votada no eu participo, mas não é por isso que deixaremos de fazer e de estudar, há ali um problema para nós, quando aquilo que tiver pavimentado de entrega das águas pluviais e, por isso que parecendo uma coisa curta ali com cento e tal metros de alcatrão, aquilo estava feito? Não? Aquilo merece ali um estudo, mas esta questão que nos traz, de facto, que tem que ver com a vedação e o estreitamento do caminho vai ter de nos levar a perceber a natureza do caminho, se é uma serventia pública, naturalmente, se não podia ter havido construção lá ou se a construção lá ao fundo que foi licenciada se tem que ver com o caminho que vem das casas da Quinta, ou se aquele outro acesso que separa as propriedades até à Avenida do Caminho de Ferro qual é a natureza, porque se fosse um caminho público oficial etc. a vedação tinha que estar afastada seis metros e meio, ao eixo da via, mesmo sendo uma vedação aquilo parece-me em rede ovelheira, mesmo sendo uma vedação de caráter provisório e precário, ela teria que cumprir determinados afastamentos, portanto, nós uma vez que estamos a trabalhar nesta matéria das opções técnicas para a pavimentação do caminho, mesmo que seja uma serventia pública, merece ser tratada também porque tem lá pessoas, naturalmente a viver e estão lá infraestruturas até de saneamento, portanto, aquilo teve que atravessar por ali.

Teremos então que voltar a estudar um bocadinho ali a natureza do caminho, sabendo, eu estou a ver local, porque também tenho passado ali, e de facto, aquilo agora para entrar na Avenida dos Caminhos de Ferro é tudo um bocadinho mais estreito e mais difícil, se houver alguma inconformidade com a vedação, eu depois de aferir isso com os nossos serviços posso e devo solicitar que é minha obrigação a intervenção do gabinete de fiscalização municipal para repor a legalidade."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado Sr. Presidente, obrigado.

Esclarecimentos, ficaram estes esclarecimentos e o nosso agradecimento pela participação dos dois munícipes nesta Assembleia Municipal.

Ainda temos aqui alguns minutos, não sei se há mais algum munícipe, que queira fazer alguma intervenção nesta fase?

Não havendo, passamos então ao período de antes da ordem do dia. Temos dois votos de pesar e quatro moções, eu vou seguir aqui uma ordem, enfim, que tem a ver com a entrada dos documentos nos serviços, mas tentando aqui que as diferentes coligações, ou partidos façam intervenções intercaladamente, portanto, começava pelo voto de pesar do PSD a Sebastião Fortuna, Colin Marques, faz favor."

Período de Antes da Ordem do Dia:

Voto de Pesar PPD/PSD "*Sebastião Antunes de Matos Fortuna*"

Tomou a palavra o **Sr. Colin Michael Mateus Marques** para apresentar o voto de pesar, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Alguma intervenção sobre este voto de Pesar?

Não havendo votamos, sendo que eu não combinei isto com o Carlos Vitorino, que é transformarmos este voto de pesar de toda a Assembleia, muito bem."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Terceiro documento a entrar na mesa já que o segundo é um outro voto de pesar também do PSD, vou deixar para posteriormente, o ouvirmos.

Moção dia Internacional das Mulheres- ontem hoje e amanhã Partido Socialista, Patricia Caixinha."

Moção PS "*Dia Internacional das Mulheres – ontem, hoje e amanhã*"

Tomou a palavra a **Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Nós temos uma outra moção sobre o Dia Internacional da Mulher, mas eu da leitura que fiz de ambas, não consegui concilia-las e, portanto, vamos olhar para elas de forma separada e por uma questão lógica, deveria de haver uma única moção, assim teremos que ter as duas, mas estamos neste momento na moção do Partido Socialista e, portanto, é sobre essa eu gostava de vos ouvir, se houver intervenções nesse sentido.

Não há? Votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passo ao voto de pesar do PSD a Hélder Alves, faz favor."

Voto de Pesar PPD/PSD "*Hélder Alves*"

Tomou a palavra a **Sra. Mónica Cristina David Toscano Piçarra** para apresentar o voto de pesar, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sobre este voto de pesar a Hélder Alves, alguma intervenção?

Não havendo votamos."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à moção apresentada pela CDU, apoio às lutas dos trabalhadores.

Faz favor, Ricardo."

Moção CDU "*Apoio às lutas dos trabalhadores*"

Tomou a palavra o **Sr. João Pedro Alves Ricardo** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Eu tenho que fazer duas ou três notas, primeiro, utilizamos, enfim, vocês começam com "considerando que:" e depois temos que alinhar tudo isso daí para baixo, nomeadamente no sexto parágrafo, não podemos "considerando que" "luta que", tem que ser "a luta que, no passado" da mesma maneira que no oitavo paragrafo tem que ser "a luta dos trabalhadores" e nono parágrafo tem que ser "que à necessidade de existir um aumento de salário" e não "que afirmando deste" e depois pronto, cá em baixo Setúbal e Palmela sem chatice absolutamente nenhuma.

Perfeito o setor de acordo com o Acordo Ortográfico também já não se escreve com "c" e, portanto, aqui temos que cumprir pelo menos essa essa legislação vigente e, portanto, eu tenho a moção assim, rasurada desta forma, mas é desta forma que a aceito perfeitamente e é assim que vamos votar.

Muito bem, intervenções sobre esta moção da CDU apoio às lutas dos trabalhadores?

Patrícia Caixinha, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Bom, relativamente a esta moção e eu como sindicalista de profissão, não posso deixar de referir aqui algumas notas. A bancada do Partido Socialista é solidária e estamos todos solidários e muito sensibilizados com a luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras de Portugal e do município de Palmela, independentemente da profissão, do setor, que lutam diariamente por melhores condições de trabalho.

Aquilo que não podemos aceitar de todo, e enquanto partido que somos responsável e que tem apresentado soluções e os considerandos que estão indicados aqui nesta moção e que colocam em causa um alguns aspetos, nomeadamente a concertação social e o seu papel nas matérias de natureza social e laboral, bem sabemos que o resultado nem sempre é o melhor na concertação social, nem sempre aquilo que idealizamos, mas temos que reconhecer e não podemos ignorar a importância da concertação social e o seu papel ao nível da negociação, sendo uma grande conquista de um estado democrático que somos e, como tal, o Partido Socialista irá votar contra esta moção, disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções sobre a moção?

Carlos Vitorino, PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sala e também os que nos seguem à distância e eu gostaria de dizer que sendo solidário com a luta dos trabalhadores, sendo também dirigente sindical não será de profissão, mas sou sindicalista e ainda recentemente tive o orgulho de ter participado no fecho de um acordo coletivo de trabalho em que foi subscrito por todas as associações sindicais intervenientes, inclusivamente a CGTP que fechou um acordo com seis por cento, sendo certo que mesmo com seis por cento, perdemos poder de compra, portanto, eu estou solidário com aquilo que aqui é dito na parte da luta dos trabalhadores, na parte da perda do poder de compra, na parte da necessidade de não deixarmos que com a subida do salário mínimo os salários médios fiquem estagnados e que não haja esse acompanhamento e com tudo isto eu concordo, agora quando vem aqui escrito que os chamados acordos históricos alcançados na concertação social pelo governo e alguns parceiros históricos que só acrescentaram mais desigualdades às desigualdades.

Se calhar, era bom, que, quem nunca assinou nada, quem nunca participou em nada, quem diz sempre sistematicamente não, quem nunca exerce compromissos se algum dia tivesse a disponibilidade do exercer, se calhar, conseguia-se mais qualquer coisa. Se estivermos sempre na fase do não, na fase negativa, se nunca assinarmos um acordo, se estivermos sempre do lado da barricada em que dizemos mal dos outros sinceramente assim, não vamos lá e, se calhar, fazemos muito pela agitação política, pela rua, mas não fazemos por aqueles que, de facto, nos interessa defender que é os trabalhadores e, por isso, o PSD irá votar contra este documento, disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Só um bocadinho, temos mais gente inscrita, Valentim Pinto, CDU."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Muito boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento e distintamente todos os presentes nesta sala e os munícipes que eventualmente nos seguem nas suas casas.

As intervenções dos nossos colegas Patrícia Caixinha e Carlos Vitorino, começam por um sinal positivo relativamente às lutas, mas depois veio o, "*mas, contudo, todavia, não obstante*" e poderiam continuar indefinidamente.

Para objetivamente o que dizem é que estou de acordo com a concertação social e com aquilo que foi acordado na concertação social e que foi tão elogiado, nomeadamente pelo presidente da CIP e que efetivamente constitui um espartilho e uma orientação sobre a política salarial neste país que é um verdadeiro espartilho para a luta dos trabalhadores com, por exemplo, a não reversão da caducidade da contratação coletivo com a aprovação de medidas de alteração salarial que ficavam já na altura ainda a inflação não tinha atingido os índices, mas, já estava implícito no acordo a não atualização aos níveis que a inflação viesse a ter como infelizmente, estamos a constatar e, portanto, a concertação social foi sempre um mau exemplo, de acordo neste país, foi sempre um guia para as entidades patronais, foi sempre um favor aos patrões neste país, foi sempre uma dimensão social democrata de tentar travar a luta de classes e favorecer o patronato, não há aqui outras expressões para se utilizar.

E depois, só duas notas que não resisto é que, de facto, do Partido Socialista e daqui da nossa colega que interveio, não deixa de ser significativo que não tenha uma palavra de reconhecimento pela política negativa que o seu partido tem neste momento, que leve que já há alguns destacados dirigentes do Partido Socialista com, por exemplo, Paulo Pedroso que foi Secretário de Estado ou Ministro, se não estou enganado que dizia que o Partido Socialista eu estou a transcrever praticamente porque vi este debate da televisão, eu vou ler mesmo "O Partido Socialista está a substituir a sua visão social-democrata por uma visão assistencialista" subscrevo perfeitamente, o Partido Socialista está cada vez mais parecido com o neoliberalismo cada vez se confunde mais que o PSD e a dificuldade de o PSD se afirmar no espectro político nacional é porque o PS

ocupa o centro e o centro de direita, neste momento, o PSD não tem por onde crescer e, portanto, nós continuamos a valorizar os salários que isso é que está a dignidade ao trabalhador, nós continuamos a defender os trabalhadores e estamos sempre disponíveis para acordar, sendo que o nosso acordo é sempre com os trabalhadores. Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Valentim Pinto.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite, cumprimento todos os presentes aqui na pessoa do Sr. Presidente, eu não me vou alongar muito porque esta moção, está escrita e revela com palavras aquilo que temos assistido nos últimos dias que é um país que saiu à rua e peço desculpa à minha caríssima colega Patrícia e ao meu caríssimo Carlos Vitorino, mas aquilo que vocês tentaram fazer aqui hoje, foi passar uma borracha ao de leve naquilo que se passa hoje no nosso país, diariamente saem à rua os professores, diariamente saem à rua os enfermeiros, os médicos vão sair, a luta continua e a luta está a ser feita diariamente nas nossas ruas e isso não pode ser ignorado, não pode ser ignorado um país que está cansado de pequenos apoios, um país que não consegue fazer face à inflação e ao crescente preço da habitação e todos os fenómenos a que estamos a assistir.

A posição que é tomada aqui hoje relativamente aos trabalhadores e esta moção, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente, porque o país tem de ser levado a sério e aquilo que é descrita aqui hoje é que os trabalhadores e a luta dos trabalhadores, tem de ser levada a sério, é digna, e está explicita aqui todas a suas justificações para que isto possa ser levado a sério. De uma vez por todas nós não podemos por um lado dizer que somos a favor dos trabalhadores, mas depois defender as opções dos patrões e será muito importante que os partidos possam de uma vez por todas defender e mostrar qual é o lado em questão se é do lado dos trabalhadores ou se é do lado dos patrões.

Disse, muito obrigada Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada Tânia Ramos.

Ana Teresa Vicente, CDU faz favor."

A **Sra. Ana Teresa Vicente da CDU:**

"Muito obrigada.

Sr. Presidente, da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara nas vossas pessoas cumprimento todos os demais. Eu gostaria apenas de acrescentar uma ideia àquilo que já foi dito, quer pela bancada da CDU, pelo meu camarada Valentim Pinto, quer pela bancada, agora do Bloco de Esquerda, gostaria de acrescentar uma ideia que é a seguinte; se há algo de verdade, e julgo que, de incontornável nestas críticas que são feitas, são alguns factos que são comprováveis e, desse ponto de vista os membros da Assembleia Municipal que têm aqui funções sindicais, nomeadamente de liderança sabem e confirmam isto que eu vou dizer, é que, se o acordo alcançado na concertação social não fosse o acordo infinitamente aquém, daquilo que, neste momento, é essencial para os trabalhadores, sim, seguramente, mas, para o país na sua generalidade, então não haveria um conjunto de empresas e sabem que é verdade aquilo que eu estou a afirmar, independentemente de não precisarmos trazer aqui os nomes das empresas até que não precisam de publicidade, nem o devemos fazer, mas, como é que se explica que haja um tão significativo número de empresas a assinar acordos, acordos de empresa com índices de atualização salarial muito acima daquilo que foi acertado na concertação social, isso só tem uma explicação e um significado, as empresas, e o patronato,

e muitas vezes, o capital internacional que, enfim, tão frequentemente é tão composto por fundos que nós desconhecemos totalmente. Não tem, de certeza nenhum interesse em tornar a vida das pessoas diretamente mais confortável, faz isso, porque sabe o que é a única forma de responder ou de contribuir para minimizar problemas que estão outros colocados na nossa sociedade e que são absolutamente insuperáveis se não for também pela via do aumento dos salários, e é por isso, que, comumente sindicatos quer afetos à CGTP, quer afetos à UGT, que assinou o acordo de concertação social são hoje sindicatos a assinar acordos, acordos, com valores superiores a oito por cento, isto é verdade.

Há inúmeras empresas que o fizeram, portanto, isto significa que a concertação social ficou, naturalmente, muito aquém daquilo que é necessário, ora, eu julgo que esta moção, não, enfim, a expressão pode não ser o mais feliz, não interessa, haverá outras, com certeza, como em todas as moções, em todas as moções, em tudo aquilo que a gente escreve há sempre outras formas de dizer, portanto, aquilo que aqui está escrito, pode ser dito de outra maneira, mas ninguém pode dizer que é incorreto ou que não é verdadeiro, portanto, naturalmente, compreendo e respeito as posições que o PS e o PSD aqui estão a tomar, mas a nossa crítica, acho que é inteiramente justa.

Disse, obrigada Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais uma intervenção da bancada da CDU, então vou intercalar, Rui Valente do Chega, faz favor."

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Obrigado Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes e também vou ser muito breve no período antes da ordem do dia não nos alongarmo-nos muito.

Nós não concordamos com os considerandos aqui desta moção e, nomeadamente em relação, estamos obviamente solidários com a necessidade de o poder de compra dos trabalhadores isso é indiscutível, mas exigir aumentos salariais de dez por cento, quase como por decreto, especificam aqui uma série de empresas das quais cada empresa tem a sua circunstância, várias delas aqui de indústria automóvel, eu penso que vocês conhecem qual é a situação global automóvel que se está a viver, qual é a competitividade global, estas empresas não estão a competir com a empresa ao lado, estão a competir a nível global, estão a competir com Marrocos, estão a competir com todos os outros países que querem postos de trabalho lá, portanto, não conhecendo todas essas circunstâncias, e estando de fora da concertação social que é segurança nas empresas, vir dizer que é cem euros, o mínimo que é o adequado é estar a lutar em parte por postos de trabalho que se podem perder, portanto, é necessário estar nessas discussões e perceber qual é a circunstância e conjuntura económica das empresas. Não se pode dizer como é óbvio que nós queremos aqui até estão aqui algumas empresas excluídas destes exemplos.

Definir por decreto "x", empresas "x" aumento e ignorar todas as outras circunstâncias internas económicas das empresas, portanto, o nosso voto será contra por todos estes considerandos.

Obviamente, estamos solidários e manifestamos isso já em várias sessões que o poder de compra que é necessário devolver às famílias e aos trabalhadores.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Joaquim Pires, CDU."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos e a todas, muito rapidamente só dizer à minha colega Patrícia se me é permitida a expressão que sindicalista não é profissão eu também fui, é uma opção.

Dizer apenas que se, de facto, aquilo que foi argumentado das vossas bancadas fosse assim tão bom como parece, nós não assistiríamos como estamos a assistir, a milhares e milhares de trabalhadores que trabalhando estão cada vez mais pobres, portanto, a nossa moção vai no sentido de uma clarificação da situação relativamente àquilo que é a vida de quem trabalha hoje e que tem enormes dificuldades e até alguns desses efeitos vindos da concertação social que, em certos aspetos como a conhecemos, tem alguma validade de resto, se fosse tão bom assim não tínhamos tantos trabalhadores a empobrecer trabalhando."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Inês Garcia do MCCP, faz favor."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Obrigado boa noite. Boa noite a todos os presentes, quem nos segue nas redes youtube.

Em relação ao que foi colocado nesta moção, nós estamos completamente a favor pela luta dos trabalhadores. Desde há muito tempo que nós tínhamos visto que o custo de vida aumenta e os salários não aumentam, que as pessoas que há uns anos eram classe média, aproximam-se cada vez mais da classe mais baixa, porque os salários não acompanham aquilo que tem sido a evolução do custo de vida.

Obviamente, nós estamos a favor com todas as iniciativas de todos os trabalhadores do privado e do público para lutarem pelos seus direitos, esse é o seu direito e têm de lutar por eles, têm que lutar pelas suas condições de trabalho, têm de lutar muitas vezes é aí a única forma de poder que é a greve e nós estamos a favor, com isso.

Queríamos só chamar a atenção nesta Câmara, não podemos fazer nada, em relação a isso, mas chamar a atenção que embora concordemos com a subida do salário mínimo, chamamos à atenção que o salário médio não vai acompanhar o salário médio e é uma preocupação que nós temos que ter quando falamos destas questões que subir o salário mínimo por decreto e não concordo com essas questões da competitividade com países de baixo custo de mão de obra, porque não podemos também estar a vender o nosso trabalho barato, as pessoas têm direito a uma vida digna e as nossas empresas não se tornam menos competitivas para pagar salários justos aos trabalhadores, mas é preciso criar condições para que os salários médios para que os portugueses como um todo recebam mais.

Consideramos também que a contratação coletiva deve ser promovida, existe em vários países por toda a Europa onde a contratação coletiva é promovida, existe, são países, muitas vezes liberais em que a contratação coletiva, os sindicatos, têm muito mais força, têm muito mais poder e para regular aquilo que são os salários dos trabalhadores e as condições dos trabalhadores.

Consideramos, contudo, que a concertação social não deve ser vista como algo de diabólico que deve ser abolido, consideramos que é um bom princípio, pode não ter funcionado, mas achamos que chamar todos para a mesa das reuniões para conversar, para chegar a um acordo, é uma forma melhor do que estarmos sempre a lutar e a fazer guerras com trincheiras de um lado o patronato, do lado do trabalhador, temos que tentar conversar.

A concertação social não é algo que deve ser posto de lado, não é algo que deve ser visto como um mal por princípio, acho que é algo que tem que ser trabalhado, temos que aprender a viver com diálogo, vamos fazer 50 anos de Democracia, temos que conversar.

Por último concordamos também com a valorização das carreiras dos trabalhadores, os nossos trabalhadores especialmente os trabalhadores, com qualificações técnicas e profissionais foram muito desvalorizados ao

longo da dos últimos 50 anos, passou-se por um processo em que os cursos técnico-profissionais não eram considerados relevantes, hoje em dia vemos que não existem trabalhadores qualificados suficientes e os que estão a trabalhar, não têm remunerações que refletem a sua importância no mercado de trabalho, no tecido empresarial, no tecido industrial, e essas pessoas têm sim que ser reconhecidas.

Tenho dito, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Inês Garcia.

Última intervenção da bancada do Partido Socialista, Ricardo Marques faz favor."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Senhor Presidente, muito boa noite, cumprimento a restante mesa, o Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Srs. e Sras. membros da Assembleia Municipal, Srs. e Sras. trabalhadores da Câmara Municipal, membros da comunicação sociais e públicos aqui presentes e quem nos assiste em casa.

Em relação aqui a discussão desta moção, eu acho que se fez passar aqui um papel do Partido Socialista que não é o real. Em primeiro lugar, o direito à greve e o direito à luta dos trabalhadores nunca foi colocado em causa pelo Partido Socialista. Acho que é importante referir isso e tem na moção, há uma grande diferenciação entre aquilo que é a luta dos trabalhadores e aquilo que é também como dizia a Inês do MCCP, acho que é importante começarmos a aprender a viver com o diálogo e eu acrescentava negociação que é isso que se trata aqui.

O que há aqui em consideração nesta moção é que não tem em consideração todos os avanços que foram feitos pelo Governo atual e eu passo a referir, as medidas da habitação atualmente em vigor e até mesmo o salário mínimo que vai passar a oitocentos e dez euros em dois mil e vinte e quatro e oitocentos e cinquenta e cinco em dois mil e vinte e cinco e em novecentos euros em dois mil e vinte e seis, e acho que é de referenciar também que isto foi também aceite em sede de concertação social, portanto, há aqui uma valorização efetiva dos salários dos trabalhadores e o Partido Socialista está também do lado dos trabalhadores.

Há uma grande referência é que o país não se faz dos trabalhadores e faz-se também das empresas e até mesmo a referência do membro da CDU às empresas e como é que elas também exercem o trabalho que foi até interessante de ver essa valorização do mercado capitalista pelo membro da CDU.

Agora, efetivamente o que há aqui é um acordo, e estas questões aqui, o que aqui metemos, o que aqui a CDU coloca é que não tem em consideração nada do que foram os avanços do Governo do Partido Socialista no tocante a valorização dos trabalhadores e é aí que nós discordamos completamente.

Disse, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Enfim, a moção já se percebeu qual é o sentido de voto, mas eu a pedido do membro da CDU, João Ricardo que me fez "assim" e, portanto, é um rodapé se faz favor, eu faço isto em função de quem apresentou a moção, portanto e a CDU, se faz favor."

O **Sr. João Ricardo da CDU:**

"Ora, boa noite a todos, Sr. Presidente e na sua pessoa cumprimento todos.

É só um rodapé para já, eu sou operador ferroviário, sou neste momento sou sindicalista, porque fui eleito para isso, não como profissão, e de referir que gosto da visão que o Ricardo Marques têm, de que o PS tem feito, pelos avanços aos trabalhadores, porque a revelação da contratação coletiva e da negociação coletiva, podemos dizer que não há negociação e é o que se tem passado no setor público é que não há negociação, chamar negociação a impor aumentos salariais vou dar um exemplo que é o meu exemplo no setor público da ferrovia, foi imposto um aumento salarial de três e meio por cento, foi o que aconteceu, não houve negociação alguma, zero, por isso não houve essa visão e era bom que fosse assim.

Já agora a questão dos subsídios, nós qualquer dia somos o país dos subsidiozinhos, quando precisamos é de salários verdadeiramente dignos para os trabalhadores e só um pequeno apontamento, apesar de concordarmos com o aumento do salário mínimo mais de metade da carreira neste momento, tanto da IP com a CP já esteja quase tapada, pelo salário mínimo, ou seja, os trabalhadores zero."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Vamos então votar esta moção, eu depois dou-vos a minha versão se faz favor para ficar assim mais organizada, é trabalho gratuito não tem problema absolutamente nenhum.

Vamos então votar.

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (doze da CDU, quatro do MCCP e um BE) e treze votos contra (nove do PS, três do PPD/PSD e um do CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à moção seguinte, um ano de guerra na Ucrânia, Partido Socialista relembro, enfim, que já ultrapassámos o tempo para este período, mas vamos continuar com as moções faz favor."

Moção PS "*Um ano de guerra na Ucrânia*"

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Intervenções sobre esta moção?

Colin Marques, faz favor."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Obrigado por me dar a palavra.

A moção está bem escrita, até está bastante comedida face aquilo que que ela retrata e a uma agressão selvagem num país a outro vizinho e nesse sentido votaremos a favor.

Agora, aquilo que também queria aproveitar aqui um bocado deste palco para fazer aqui um apelo, neste momento, a Associação de Apoio à Comunidade Ucraniana em Portugal, está a fazer uma campanha chamada Vela Solidária, é muito simples e que consiste na angariação de velas para que esta seja enviada para as zonas de guerra como substituição da eletricidade e até do gás. Esta campanha já chegou aqui ao concelho, incluindo à Quinta do Anjo e no próximo sábado às quinze horas, junto à Igreja da Nossa Senhora da Redenção em Quinta do Anjo, quem tiver alguma vela, mesmo que não seja nova qualquer tipo de vela, é um simples gesto de boa fé e de ajuda e pode ir lá entregar e se quiserem mais informações sobre o que estou aqui a dizer, podem ser para o site "*oranta.pt*", obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Fica tudo registado, mas é por solidariedade.

Valentim Pinto, CDU faz favor."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Sr. Presidente nós não acompanhamos o conteúdo desta moção, e o nosso sentido de voto será no sentido da abstenção, porque ela omite factos históricos fundamentais e ao omitir factos históricos é não dar a dimensão da realidade concreta que se passa e que se passou nos últimos anos, não que os factos históricos sirvam para aligeirar, para justificar a intervenção militar, a invasão militar da Rússia na Ucrânia, ou aquilo que a Rússia chama operação militar especial, mas porque ou descontextualizar um acontecimento histórico como se ele tivesse surgido do nada, repentinamente, de alguém que um dia acordou de manhã, resolveu evadir o primeiro país que ali estava ao lado, quando esta guerra dura desde dois mil e catorze, com mais de catorze mil mortos, uma guerra que tem dois vetores fundamentais por um lado a luta pela autodeterminação dos povos da região de Donbass, e, por outro lado, a anunciada entrada da Ucrânia na Nato, é um conflito que dura desde dois mil e catorze, com referendos que existiram na altura exatamente em dois mil e catorze da Autoproclamação das Repúblicas de Donbass e de Donetsk e que, obviamente a Ucrânia não reconheceu.

Há um acordo de Minsk em dois mil e quinze, tudo isto é omitido, mas é omitido pela comunicação social nem sequer me refiro a esta proposta do Partido Socialista é omitida pela comunicação social dominante por razões que são compreensíveis, porque, enfim, é bom, escamotear a dimensão da complexidade que esta guerra tem e torná-la numa visão meramente redutora e é evidente que tem a ver com o modo como a Ucrânia reagiu já com o atual governo relativamente à população russa, culturalmente russa, que habita estes territórios esmagadoramente e foi alvo de forte discriminações raciais, xenófobas, retirada direitos civis, proibição de utilização russa, é que tudo isto é esquecido, tudo isto é desvalorizado, é evidente que isto serve para justificar uma intervenção militar de um país? Não, o que serve é para compreender um contexto em que um conflito surge e escamotear esta parte da realidade é ser politicamente desonesto, porque não há outra designação para isto, é ser politicamente desonesto, nem sequer estou a referir-me à bancada do Partido Socialista sinceramente, acho que este texto nem sequer merece uma grande estou a falar em relação àquilo que é vinculo todos os dias na comunicação social, e de facto, tudo isto tem sido sempre escamoteado é esta dimensão no conflito local que, obviamente, a Rússia também promoveu, também tem interesses nessa desagregação e que a Ucrânia reprimiu porque não quis, obviamente quem defendesse uma autodeterminação dentro do território ucraniano, quem defendesse a autodeterminação dentro do território russo e quem defendia a autodeterminação pura, portanto, havia várias sensibilidades dentro desses movimentos, é evidente que este conflito foi ganhando proporções cada vez mais avassaladoras e quando aparece mais uma vez, o desejo dos Estados Unidos, da Nato que a Ucrânia entrasse na Nato é evidente que a Rússia sentiu-se ameaçada, isto não serve para justificar nada, serve para compreender o Henry Kissinger que é um falcão da guerra dos Estados Unidos, já o tinha dito, a Rússia um dia vai reagir perante a aproximação da Nato dos territórios russos, mas é natural, quer dizer os misseis estão ali à porta, estão ali a meia hora quando foi…, eu peço desculpa termino já é que tem a ver com este contexto é que eu termino mesmo, é que quando é crise dos mísseis dos anos sessenta, foi exatamente por isto a União Soviética na altura ia instalar mísseis no território cubano, para evitar uma segunda tentativa de invasão dos Estados Unidos e os Estados Unidos não permitirão cercaram com a sétima esquadra e tivemos à beira de conflito

mundial nuclear, porquê? porque estavam ali a quinze minutos das cidades norte-americanas é aquilo que Rússia está a fazer e houve um acordo quando foi da desagregação da União Soviética, a Nato não se espadaria para leste e a Nato desrespeitou todos esses princípios e aproximou-se de leste, cercou militarmente a Rússia, tal como Estados Unidos estão a fazer na China, a China está neste momento cercada militarmente, sobretudo pela frota naval norte-americana agora até com as Filipinas já conseguiram também o acordo.

Não é a Rússia nem a China que estão com quatrocentas e cinquenta bases militares a cercar os Estados Unidos, são os Estados Unidos que estão a cercar a Rússia, estão a cercar a China, e todos os povos que se opõem à sua autodeterminação independente do regime, nós não nos revemos minimamente na Rússia, a Rússia é um regime capitalista autocrático não tem nada a ver connosco, agora à princípios de política internacional, temos de ser coerentes, temos de ser coerentes, não podemos ser aliados dos Estados Unidos, de forma acrítica, que é aquilo que o PS é, e toda a direita é, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação esta moção, eu gostaria de fazer uma declaração de voto e começar por dizer que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente porque a invasão Russa da Ucrânia, não tem nenhuma justificação, a invasão Russa é uma evasão criminosa e não pode ser ignorada. Não pode assistir à destruição da Ucrânia, mas deve empenhar-se ferozmente numa solução de paz com maior urgência, e porque os factos históricos e o passado pouco, amolece ou cura aquilo que aconteceu neste último ano e a barbárie e a carnificina do povo ucraniano e do seu país, causou a fuga de mais de catorze milhões de pessoas, sendo a maior crise de refugiados na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial.

O Bloco de Esquerda luta pela paz, e levanta-se contra todas as guerras, estaremos sempre na defesa dos oprimidos, e solidarizamos com o povo ucraniano na luta pelo fim deste conflito de violência, sofrimento, e de vastidão.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

A última intervenção, Carlos Vitorino PSD faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

De facto, dizia o Sr. Deputado Municipal Valentim Pinto, que a moção omite algumas coisas, é verdade, omite, omite por exemplo "*Holodomor*" feito pelo regime Comunista Soviético, liderado por Josef Stalin, e os milhões de mortos que provocou e o sentimento do povo ucraniano face a essa agressão, face à repressão sofrida até aos anos noventa, até à queda do muro e de facto é sempre bom lembrar quando caiu o muro para que lado das pessoas fugiram. Também omite que, mediante um acordo com a Rússia, a Ucrânia entregou todo o seu arsenal nuclear à Rússia, ficou sem arsenal nuclear, e que foi algo que para a paz mundial não deixarmos ogivas nucleares em múltiplos países, também foi algo que é de realçar e que a Rússia desrespeitou e que em dois mil e catorze, quando da invasão da Crimeia assim apoderou da esquadra que estava estacionada

Sebastopol, fez tábua rasa de todos os acordos e começou com uma guerra nos territórios do Donbass, de facto, omite, a moção omite claro, mas moção é uma moção pela paz não é uma resenha histórica de tudo aquilo que aconteceu e de todas as agressões, que foram cometidas e, de facto, de vir aqui querer branquear aquilo que é impossível de ser branqueado o ataque selvagem feito pelo um regime antidemocrático é evidente que, na Rússia já havia um regime democrático antes, mas houve ali, de facto, no meio um princípio de liberdade que infelizmente, foi entregue pelos próprios russos a outro ditador.

Não podemos branquear isso, portanto, obviamente, o Partido Social Democrata está solidário, continua solidário, não apresentámos uma moção porque já trazíamos os dois votos de pesar e sabemos que o Partido Socialista ia apresentar uma e, como eu disse no 25 de Abril passado e assim termino a minha intervenção "Slava Ukaini"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tenho um pedido de intervenção da bancada CDU, por isso não permiti que o Carlos Jorge Almeida interviesse também.

Ana Teresa Vicente, faz favor."

A **Sra. Ana Teresa Vicente da CDU:**

"Obrigada Sr. Presidente, era mesmo muito curta, agora tenho que acrescentar mais uma frase, vou tentar que seja só uma, de facto a história escreve-se com muitas letras e a muitas mãos, não é? para o bem e para o mal, ou para o mal, e para o bem, e eu acho que é muito importante, nós sabermos ouvir-nos uns aos outros e percebermos e ouvirmos o que os outros dizem, e não colocar nos outros palavras que eles não usaram.

Eu feita esta declaração de princípio, queria só acrescentar o seguinte, realmente, Há muitos outros factos históricos a acrescentar ou haveria muitos outros factos históricos a acrescentar a esta, ou esta moção, um deles eu gostava de sublinhar e que vem só a propósito destas últimas intervenções é o facto de não podermos esquecer a forma como, por exemplo, o Presidente da Ucrânia é hoje Presidente da Ucrânia, o Presidente da Ucrânia não foi um Presidente eleito o Presidente da Ucrânia foi colocado no lugar em que está por via de um golpe de Estado, aliás, que destituiu um Presidente anteriormente eleito, é bom ir ler a história e os factos.

É muito, é muito, mais fácil, nós trazermos à discussão, coisas que são realmente condenáveis por todos, e eu, perante isto termino, dizendo, eu pedi a palavra para dizer uma só coisa, e que é uma declaração de voto, eu sou totalmente contra a agressão, a invasão, o que quer queiram chamar da Rússia à Ucrânia, totalmente contra, já o disse em vários sítios, uns mais privados, outros mais públicos, e, portanto, reitero aqui na Assembleia Municipal de Palmela, mas, esse facto não me pode obrigar a subscrever todas as coisas que eu acho que continuam a ser leituras parciais dos factos, é só isto que eu quero dizer, para justificar a razão pela qual me abstenho relativamente à moção.

Obrigada Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Votamos então por favor."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovado, por maioria, com dezoitos votos a favor (nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um BE) e doze abstenções da CDU.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Vamos para a última moção "8 de Março: dia Internacional da mulher, um símbolo de das mulheres em defesa dos seus direitos na lei e na vida" é apresentada pela CDU, faz favor Érica."

Moção CDU "8 de Março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida"

Tomou a palavra a **Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado Érica Ribeirinho da CDU.

Intervenções sobre esta moção?

Carlos Vitorino PSD, faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Referir que iremos votar, obviamente, a favor e recordamos apenas que e logo relativamente ao primeiro parágrafo sobre o legado contra a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras face a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade que com o 25 de Abril e com a democracia algo que tem vindo, de facto a evoluir, mas que em todo o mundo, infelizmente ainda há muitos locais que estão muito atrás, nós e já que se fala no capitalismo e na opressão capitalista, eu recordo aqui o exemplo das trabalhadoras chinesas ou das iranianas face aquilo que sofrem no seu dia a dia.

Depois apenas aqui uma questão relativamente aos considerandos que é aqui a alínea a) quando se diz; "*Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida*", porque não também do poder local.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Paulo Santos, Partido Socialista."

O **Sr. Paulo Santos do PS:**

"Os meus cumprimentos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e demais presentes, e lá em casa também.

Bom, é um tema que, claro que consideramos que é muito caro, principalmente às mulheres concordamos quase na íntegra com a moção que foi aqui apresentada com exceção do terceiro parágrafo que nos parece que não tem nada a ver com os direitos das mulheres.

Aumento de preços dos bens, rendas de casas, baixos salários e pensões, horários desregulados, guerras, desigualdades, discriminações e violências parece que isto tanto se aplica aos homens e às mulheres e não só às mulheres. E em relação aqui à última parte também desse parágrafo terceiro, no que se refere às urgências do Hospital de São Bernardo e outros serviços, nomeadamente de ginecologia, é bom também

recordar e ainda temos presente a moção apresentada pela Sra. membro Tânia, do Bloco de Esquerda, julgo que, na última Assembleia sobre o Hospital de São Bernardo, a restrição dos serviços e, do facto de o hospital ainda não ter uma obra a começar para alargamento dos seus serviços, ora parece que, essa situação está ultrapassada uma vez que o Sr. Ministro esteve reunido com os Srs. Presidentes da Câmara de Palmela, Setúbal e Sesimbra e com a própria administração do hospital e que deixou essa garantia que essas obras irão avançar, julgo que, no próximo mês e, portanto, nesta medida concordamos com tudo o que consta nesta moção com exceção deste parágrafo e que este parágrafo está muito desenquadrado do assunto que é o dia Internacional da Mulher e, portanto, nessa medida não vamos votar contra, mas iremos abster-nos."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções?

Érica Ribeirinho."

A **Sra. Érica Ribeirinho da CDU:**

"Sobre a parte do Poder Central, pode-se colocar a Administração Pública porque ambos são responsabilizados, e ambos não podem fugir à responsabilização que têm e aos deveres que têm para com o povo e para com as mulheres nestas situações e a verdade é que nem sempre os cumprem.

Sobre aqui a parte do Hospital de São Bernardo, tudo bem, temos a garantia, mas a verdade é que com vinte e dois anos de vida, já vi muitas garantias serem dadas e não serem cumpridas, portanto, acho que está bastante bem enquadrado e mesmo nas outras partes, porque a verdade é que o dia "8 de Março" é da mulher e os problemas da mulher não se centram só nas questões centrais da mulher, como a reprodução e a vida sexual da mulher, representa-se também na qualidade de trabalho de emprego, porque se a mulher não tiver um emprego digno, um salário digno, uma casa, um direito à habitação, também não vai ter condições de vida, portanto, acho que está bastante enquadrado, se não tiver o acesso à saúde lá está, com os problemas do Hospital de São Bernardo continua enquadrado.

O acesso à educação, a verdade é que antes do 25 de Abril como todos sabemos, havia uma grande taxa de alfabetismo com a sua maioria de mulheres, portanto, acho que isto está bastante enquadrado, não percebo este comentário, na verdade, portanto, era só para dar este contributo.

A verdade é que enquanto continuarem a existir todos estes tipo de entraves desde a habitação, às guerras, às desigualdades, discriminações e violências, e então nas violências, a verdade é que a mulher é a que mais sofre seja a nível psicológico pelos dados estatísticos, é quem mais sofre de ansiedade, depressão, problemas físicos, é verdade que os homens também sofrem violência doméstica e estes casos devem de ser falados, porque existe um grande tabu sobre eles infelizmente, a verdade é que as mulheres continuam a ser a grande maioria, então violência sexual nem sequer vamos falar sobre ela, porque a mulher aí então excede muito a percentagem daquilo que é a violência sexual, portanto, acho que este parágrafo não podia estar mais bem enquadrado nas questões de os direitos à mulher e do dia Internacional da Mulher.

Disse obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado nós pelo esclarecimento.

Inês Garcia, MCCP."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Muito obrigada.

Naturalmente estamos a favor desta moção. Acreditamos nos direitos das mulheres, acreditamos que existe muito por fazer e aquilo que eu queria trazer para cima da mesa, porque falámos já na moção anterior de igualdade.

Igualdade salarial é uma questão que às mulheres é muito pesada. As mulheres, neste momento, estão em maior número nas universidades, estão cada vez em maior número nas administrações, no mercado de trabalho, no mercado de trabalho altamente qualificado, mas teme, (gravação não audível) conseguem chegar lá. Um dos problemas, onde as maiores desigualdades - seja em altos cargos, seja em baixos cargos, seja em cargos mais ou menos especializados - é depois da maternidade. A mulher é altamente penalizada pelo mercado de trabalho por ser mãe, uma das coisas mais básicas do ser humano, uma mulher ter um filho, é altamente penalizada.

Isto porquê? Porque o trabalhador considera que a mulher, quando tem um filho, vai-se dedicar menos ao trabalho. Existe aquilo que, na economia, se chama a penalização pela maternidade enquanto que os homens e muito curiosamente – isto está estudado, são dados empíricos - têm um prémio por serem pais. As mulheres recebem menos, os homens recebem mais. As mulheres são deixadas para trás em promoções, os homens são promovidos porque têm que tomar conta da família.

Uma das razões pelas quais isto acontece - e existem estudos empíricos sobre isto - têm que ver com a licença de maternidade, a licença de maternidade foi algo que as mulheres conseguiram de seis meses e até posso discutir que pudesse ser mais tempo. Contudo, a licença de paternidade - se nós queremos igualdade de género, se nós queremos que os pais participem na criação das crianças, que os pais estejam presentes, que os pais saibam o que é ir buscar a criança quando a criança está doente, porque ainda há muitos pais que não sabem - a licença de paternidade devia ser igual à da mãe, porque, assim, para um trabalhador é igual se uma mulher é mãe ou se um homem é pai, se a licença for de seis meses, independentemente do género. Isto é algo que, infelizmente, aqui não podemos mudar, porque isto tem que ser mudado a nível nacional. Contudo, felicito para estarmos aqui com tantas pessoas que fazem parte partidos que estão assentes na Assembleia da República e deixo aqui o repto para que possamos trazer estas ideias para a nosso debate público, porque isto é uma das coisas que podemos, de facto, mudar: aumentar a licença de paternidade para reduzir o que penalização de ser mãe no mercado de trabalho.

Disse, obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda se faz favor.

Peço desculpa, só, tenho que dizer isto. Pensei que o Carlos Jorge tivesse prescindido da intervenção depois da brilhante intervenção da Érica.

Tânia Ramos, faz favor. Eu quando digo é porque assumo, Valentim, ok? Muito obrigado."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Uma nota breve, porque também, acabei por não pedir a palavra relativamente à moção do PS para com o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e não queria deixar passar esta moção e juntar-me a todas estas reivindicações. E dizer que, eu, enquanto mulher e todas as que estamos aqui só iremos descansar no dia em que não tivemos de assinalar este dia. Só iremos descansar no dia em que todas estas lutas já tiverem sido ganhas: a luta da paternidade, a luta da maternidade, a luta do assistencialismo poder dar assistência ao filho sem a culpa, sem os olhares, sem as perguntas, no dia em que pudermos ter a licença de amamentação e que não haja necessidade de ligar para saber se a licença está a ser realmente cumprida e se a mãe continua a amamentar a criança, no dia em que uma denúncia de maus tratos tiver as diligências necessárias para que nela não se possa continuar no tempo repetidamente, no dia em que as mulheres, não só aqui em Portugal,

mas em todo o lado do mundo, puderem ter o mesmo acesso a salários iguais aos dos homens, à educação dos homens, aos direitos dos homens, aí sim, poderemos ficar descansadas, enquanto isso não acontecer, tudo aquilo que foi aqui dito, lido, são todas as lutas e as lutas que, todos os dias, nós estamos dispostas a lutar e é por isso que o Dia Internacional da Mulher continua a ser um símbolo de luta e continua a ter de ser falado.

Disse, Sr. Presidente. Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções, votamos. Ah, peço desculpa, peço desculpa. Há pouco já não o deixei intervir porque Ana Teresa Vicente fez a intervenção, mas agora não posso fazer isso de maneira nenhuma. Faz favor, Carlos Jorge Almeida.

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, percebo que é assistemático, foi apenas ocasional, os meus cumprimentos, a V. Exa. na sua pessoa, todos os membros da Assembleia. Sr. Presidente da Câmara, cumprimento em si as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores. Cumprimentos à comunicação social, aos trabalhadores do Município e a todos os cidadãos que nos seguem via *streaming*.

Com certeza que não vou acrescentar do ponto de vista daquilo que a minha camarada Érica disse, mais o que quer que seja, e é uma intervenção que, vinda de uma jovem camarada minha me enche orgulho. Mas dizer apenas que, nesta questão e naquilo que estamos a votar hoje, neste texto, temos muitas das vezes sobre a grande angular, a ideia de que estamos a focar um problema de género. Este não é um problema de género - as lutas das mulheres, a luta da mulher pela sua emancipação é parte integrante da luta de classes, é parte integrante de uma luta de há muitos anos pela mulher vista, tida, usada como uma propriedade, característica fundamental da sociedade patriarcal e, obviamente, característica fundamental também da sociedade capitalista. É uma luta que antecede todas as outras lutas, todas as lutas por outras formas de propriedade e é uma luta que se quer apoderar e tornar propriedade daquilo que é mais fecundo na nossa humanidade, a mulher. Estamos com elas, com certeza, hoje e sempre.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções nesta fase, votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovado, por maioria, com vinte votos a favor (doze da CDU, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e um BE) e dez abstenções (nove do PS e um do CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"É para uma Declaração de Voto?

O **Sr. Ricardo Marques do PS**:

"A abstenção do Partido Socialista nessa moção tem só que ver mesmo com a questão de colocarem aqui a situação do Hospital de Setúbal, quando efetivamente há uma afirmação, referida até pelo Presidente eleito pela CDU, de que as obras do Hospital vão arrancar e a obra está adjudicada. Portanto, é um

constrangimento que vai ser ultrapassado e, portanto, tem só mesmo que ver com isso, nada que ver com toda a restante moção.

Disse, obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Continuamos no período de antes da ordem do dia, têm com certeza, todos relógios são dez horas e vinte minutos, pedia que cada uma das bancadas a intervir, o fizesse com um único elemento neste período antes da ordem do dia e, portanto, aceito inscrições a partir deste momento, sim, senhor tenho duas inscrições não aceitarei mais, muito obrigado.

Pedro Biu, Partido Socialista."

O **Sr. Pedro Biu do PS:**

"Boa noite a todos. Na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes, mais os que estão a assistir a esta sessão através do *youtube* e os trabalhadores da Câmara.

Dois ou três pontos são relativamente rápidos. Em primeiro lugar, queria congratular-nos e congratular a Câmara, pelo facto de o muro de Hermenegildo Capelo, o muro que estava, enfim, em más condições e que estava a cair e que já várias vezes aqui a bancada do Partido Socialista tinha referido a situação, está finalmente em obras e a melhoria e penso que é uma questão importante, porque a segurança dos munícipes é importante e aquilo poderia ruir a qualquer momento.

Outra situação que também a bancada do Partido Socialista já tinha chamado a atenção, dos painéis que estão nos miradouros em Palmela, que já foram felizmente substituídos como tinha sido dito e que acho que são duas situações que nos devemos congratular. No entanto, ainda há questões que eu volto a referir e que gostaria que fossem esclarecidas - se já há algum plano, algum prazo, para a intervenção no Largo Dona Maria I - não estou a falar do Chafariz, estou a falar do Largo em si. Desde que saiu a bomba de gasolina aquilo está um bocado, enfim, desarrumado e desorganizado e penso que há um projeto, gostava de saber se se está previsto algum prazo já definido para essa intervenção?

Volto aqui a falar, mas não quero insistir muito, mas no cruzamento da Estrada Nacional 252 com a estrada Humberto Delgado, na Venda do Alcaide, continua, quanto a meu ver, mal sinalizada. Na última Assembleia que eu estive presente, falou-se que a Vereadora ficaria de ir lá visitar com técnicos, gostava de saber se já foi feito?

Depois gostava, ainda, de saber se houve alguns desenvolvimentos relativamente ao furto do busto de Joaquim José de Carvalho e do sino da Igreja, porque, enfim, foram substituídos, mas os que desapareceram, desapareceram. Gostava de saber se houve desenvolvimentos nas investigações. Por último, e por uma questão que, enfim, não tem que ver com reclamações nas redes sociais ou para fora, tem que ver como sabem, eu tenho na família utilizadores frequentes dos transportes, Carris Metropolitana. Eu sei que é um tema já muito falada, mas depois da reunião que houve aqui a situação melhorou, mas temos vindo ultimamente a sentir alguma degradação: novamente faltam autocarros, novamente, não aparecem autocarros, novamente os autocarros não cumprem os horários que estavam previstos. Isto está a começar a acontecer nas últimas semanas e pouco, a voltar a acontecer depois de, em novembro e dezembro, a coisa tem estado relativamente estabilizada.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Luís Marques, MCCP faz favor."

O **Sr. Luis Marques do MCCP:**

"Muito obrigado Sr. Presidente. Na sua pessoa cumprimento as secretárias, Sr. Presidente da Câmara, todos os Vereadores, todos os colegas aqui presentes, público, comunicação social e todos os munícipes que nos veem via *streaming*.

A minha questão é para o Sr. Presidente que, como é do conhecimento de grande parte desta Assembleia, veio a público uma investigação de um órgão de comunicação social, o problema de uma fábrica instalada no Pinhal Novo, que é a "*Reginacork - Indústria e Transformação de Cortiça, Lda.*", que parece que é um problema já de algum tempo.

Fazendo fé nas declarações dos vizinhos da referida fábrica, ficamos com a sensação que, à primeira vista, estamos perante um crime ambiental, dado as poeiras e tudo o que a fábrica projeta para a atmosfera. Eu, por minha autoria, fui fazer uma visita à fábrica, tendo em conta o exterior da fábrica e perceber se realmente aquilo que se viu na peça da comunicação social se era mesmo aquilo que aparecia nas imagens e pareceu-me que sim, que realmente eu pude sentir o pó e fagulhas de madeira no ar. Fazendo fé naquilo que os vizinhos dizem a nível de ruído, parece que temos aí um caso claramente e visivelmente de poluição e até mesmo de podermos indicar de saúde pública.

Pelo que pude ver e naquilo que tentei perceber, isto é um caso que já remete a dois mil e vinte, que já foi levada a reunião de Câmara, à Assembleia Municipal e que, segundo o que pude perceber o Sr. Presidente da Câmara já deu a entender que já tem vários elementos e que, já estaria a tomar ações para se poder regularizar a situação dessa dita fábrica. Em todo o caso, nós gostaríamos de saber e perguntar diretamente se já existe alguma previsão em termos de regularização, dessa dita fábrica? Não somos contra a laboração desta fábrica ou de qualquer uma outra, que esteja no nosso concelho, como é lógico, queremos é que todas as fábricas que estão no nosso concelho, cumpram a legislação e que possam dar todas as condições tanto para os colaboradores como para o meio ambiente e para toda a envolvência.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Colin Marques, PSD faz favor."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Aquilo que agora me traz aqui, tem a ver com o assunto que já em tempos também já o tinha abordado, mas agora por uma questão um pouco diferente que tem a ver com o fornecimento de água mais concretamente com a fatura eletrónica, a minha questão está, não sei se sabe, portanto, que a percentagem de clientes, pessoa e fatura eletrónica do portal dos clientes do fornecimento de água é porque sinceramente, eu aquilo que eu noto e eu já na década e tal que vivo aqui no concelho de Palmela, já vivi em várias casas e todas essas casas estive conta e foi sempre a única conta que tive em formato papel, portanto, todas as outras sempre foram por formato eletrónico e já de há muitos anos para cá, o que não quer dizer que não seja possível que também tenham fatura eletrónica é possível, consegui perceber como, indo ao site da autarquia fazendo, portanto, um preenchimento e voltando a carregar acompanhado com alguns documentos.

Agora, temos que chegar aqui a uma conclusão que acho que é óbvia, a fatura eletrónica é mais barata, é mais rápida, é mais amiga do ambiente, se todas as grandes empresas aderem à fatura eletrónica é porque é uma medida compensatória a nível económico e que também pode ser para a Câmara Municipal isto, portanto, não é uma crítica, é uma sugestão que se tentasse através do referido requerimento que se encontra no site da autarquia, se fosse na conta do próximo mês imaginemos, esse requerimento fosse enviada a todos os munícipes que recebem o fornecimento em papel, a fatura em papel, e com uma carta que dispensa selo talvez pudéssemos ter aqui uma adesão significativa, portanto, à fatura eletrónica e era, portanto, com esta recomendação que eu termino a minha intervenção obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Fechamos o período de antes da ordem do dia, Sr. Presidente de Câmara, as questões colocadas têm, com certeza alguma intervenção da sua parte e, portanto, agradecia que as pudesse responder muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza com todo o gosto, agradeço as questões colocadas caro, Pedro Biu, naturalmente, há um conjunto de investimentos de reabilitação do nosso Centro Histórico que prometemos e cumprimos, independentemente dos alertas, porque sabemos o que temos que fazer, às vezes, não são feitos nos timings que nós pensamos que são possíveis de fazer, mas porque qualquer mexida, até um projeto de picagem do muro, de sondagens etc. tem que ter autorizações da "*DGPC – Direção Geral do Património Cultural*" e outras coisas mais, para além de complexos, planos de segurança e saúde em obra, temos concurso deserto, as coisas estão a andar felizmente e temos outros programados relativamente à renovação dos leitores de paisagem assim foi, também foi necessário algum tempo não só de maquetização, mas também de elaboração dos materiais gráficos que também outras empresas, porque não podemos trabalhar sempre com as mesmas e quando tivermos limites da contratação pública irrisórios de valores, de valores, que são do século passado também isto constitui entraves à transparência e ao trabalho mais célere, infelizmente, já está um vandalizado.

Largo Dona Maria, nós temos projeto, definimos ali também uma ampliação maior da área de intervenção para ter ali um enquadramento paisagístico de mobiliário urbano, com muita dignidade e adequada ao local para não ser apenas a arrumação de estacionamento de apoio a quem entra no Centro Histórico, ao comércio e restauração, ali existentes cargas, descargas deficientes com pavimento confortável e pavimentos de acordo com as opções que fazemos para o Centro Histórico, acontece que as Infraestruturas de Portugal, vetaram a solução que apresentámos e que tem a entrada e saída, tal e qual como existia na bomba de gasolina e as infraestruturas de Portugal dizem que não podemos sair da zona do Retiro Azul e voltar à esquerda para ir para a rotunda, já discutimos o assunto, estamos a tentar fazer ali umas afinações no projeto, alimentamos a esperança que com a aceitação de um acordo de gestão do troço entre a Avenida do Palmelense e a rotunda da Volta da Pedra do troço da 379 que dissemos, nós estamos disponíveis para ficar com esse troço, aliás, o Governo andou para aí a querer descentralizar estradas nacionais para as Câmaras, nunca mais consegue fazê-lo, nem conseguirá com aquilo que propõe, mas nós até estávamos disponíveis para um acordo que nos, desse digamos o poder de gestão e de não termos de estar a submeter projetos da Câmara às Infraestruturas de Portugal, quando as Infraestruturas Portugal também não licenciam projetos deles no nosso território na Câmara, mas, o acordo de gestão é completamente leonino e é impossível de haver qualquer acordo, portanto, estamos a tentar renegociar a solução, já o fizemos ao mais alto nível, aguardamos o feedback para podermos lançar essa obra, que aliás, é uma obra que já teve verba no mandato anterior e que voltará a ter verba agora na primeira revisão e na próxima que traremos possivelmente antes de junho para ver se conseguimos efetivamente lançar aquela obra que requalifica uma das entradas nobres da nossa Vila junto a um monumento nacional.

Quanto aos furtos, as investigações prosseguem, nós temos alguns contactos até frequentes, no âmbito do Conselho Municipal de Segurança restrito, e em breve alargado, que tem participação pública quem quiser ir no período antes da ordem do dia também pode ir ao Conselho Municipal de Segurança como todas as entidades, autoridades, etc. etc. e, de facto, ainda não há qualquer notícia pelo menos agradável sobre esta matéria.

A Carris Metropolitana, depois da estabilização, sobretudo dos grandes trajetos Gare do Oriente etc., enfim, até intermunicipais e também de afinações no que diz respeito aos transportes escolares, houve, de facto, um período nos últimos dois meses e meio de alguma tranquilidade, nós temos até o barómetro do número de reclamações que nos chegam e que cruzamos também com o número de reclamações que chegam à Carris Metropolitana e elas caíram abruptamente é um facto, que desde o final de janeiro começaram a subir e que nas últimas duas semanas, nós confirmamos que há supressões sem qualquer explicação, os horários de fim de semana que nós podemos dizer que; "*eh pá gostava mais, ou, não há, àquela hora*", mas também nunca

houve digo-lhe que a oferta ao fim de semana é muito superior àquele que havia dos TST mas, pode não ser em todas as carreiras, mas, olhe que não é esse o acesso dos dados que que nós temos, mas, de facto, as reclamações nem são daí caro Pedro, devo-lhe dizer que é mais a ligação a Setúbal e Setúbal Palmela e nós obviamente, lemos as reclamações, analisamo-las, mandamos para a Carris Metropolitana para que veja com o operador, mas quero dizer-lhe é que, sugestões de melhorias aqui, até de supressão de algumas a determinadas horas que não fazem sentido para reforçar outras, nós temos feito tudo isso, sempre no sentido de adequar melhor a oferta à procura, como deverá considerar que é esse o nosso objetivo. Contudo, as reclamações aumentaram eram praticamente inexistentes em dezembro, praticamente só houve três reclamações, em janeiro começou a subir no final de janeiro nove, até quinze de fevereiro, só tínhamos duas, mas, nestas últimas duas semanas, temos episódios diários mesmo hoje, uma coisa que está completamente consolidada e que foi até uma melhoria feita que é, em vez de os miúdos apanharem a carreira aqui na no terminal, iremos causa a à porta da Hermenegildo Capelo, mesmo hoje à tarde, essa carreira não apareceu a explicação que nos deram foi porque o motorista sentiu-se mal, mas eles têm que arranjar um solução.

Estamos atentos, é um facto que há melhorias, mas que houve agora nestas últimas duas semanas episódios que não eram, enfim, para nós, não eram previsíveis, mas estamos em cima do acontecimento e obviamente, acho que cada utilizador deve apresentar as reclamações seja na Carris Metropolitana nas plataformas que existem para o efeito, seja a Câmara Municipal para nós podermos semanalmente que é aquilo que continuamos a fazer, perceber o que é que se está a passar e exigir o cumprimento do serviço.

Caro, Luis Marques do MCCP, a questão da "Reginacork" tem um histórico que vou procurar resumir é uma atividade económica fora de uma zona industrial, ocorreu as primeiras medidas antes de haver Plano Diretor Municipal, antes de estar publicada a carta da REN, e foi licenciada, e foi licenciada já depois do Plano Diretor, onde podia ser licenciada numa determinada área máxima de área bruta de construção e tem licença de utilização até aqui tudo bem, acontece que a partir de determinada data a empresa cresceu, passou a ter também outras atividades complementares e que até tem alguma sustentabilidade ambiental diga-se, nomeadamente do reaproveitamento das madeiras das florestas, etc. isso não está em causa e passou a incumprir por um lado, o Plano de Ordenamento do Território e a criar outros impacto. Através de legislação nacional de um Governo em dois mil e catorze, foi criado um regime excecional de regularização de atividades económicas para todas as empresas que tendo problemas de ordenamento do território, cresceram para zonas RAN, reserva agrícola que não podiam ou REN, precisam de mais impermeabilização do solo e não pode, etc. considerando a sua atividade, o seu interesse económico, o número de postos de trabalho e a importância, socioeconómica para cada concelho que pudessem ter um regime excecional de licenciamento dessas inconformidades.

No concelho de Palmela aprovado pelo município e por unanimidade, na Assembleia Municipal, foram permitidas sessenta e uma situações das quais apenas doze acabaram por ir mais até ao fim do processo, a Reginacork é uma delas, na conferência de serviços, conferência de serviços com todas as entidades ambiente, cultura, água, Ministério da indústria, câmara, saúde, uma série de atividades, disseram, sim nestas e nestas condições e este regime permite alterações simplificadas aos Planos de Ordenamento do Território que ocorreram para permitir a Reginacork licenciar o que tinha a mais.

Infelizmente, a última alteração não é por culpa do município foi uma alteração à "*REN - Reserva Ecológica Nacional*", também naquela zona numa ponta do terreno da *Reginacork*, só foi publicado em dois mil e dezoito e, portanto, os senhores tiveram a licença para regularizar tudo até final de dois mil e dezassete, mas continuaram com o processo, porque só foi publicada em Diário da República, a alteração à REN, que lhes permitia o licenciamento em dois mil e dezoito, até aí tudo bem, era tudo possível regularizar acontece que a empresa montou outros equipamentos que já vão, para além dessa autorização e ainda por cima equipamento com um volume de produção e a tecnologia de produção, têm, de facto, impactos confirmados ao nível da poluição do ar e impactos no ruído se há soluções para isso? Os técnicos dizem que sim, antes disto dizer-lhe, o município tem agido, não tem tido qualquer ação silente e tem sido pró-ativo nesta matéria na fiscalização, na medição de ruído, na medição de partículas e como passou a ser entidade licenciadora a partir de determinada data já não é indústria é o município face às reclamações, fez uma vistoria com entidades todas desde a Autoridade para as Condições de Trabalho, saúde, ambiente, CCDR, toda a gente e dessa vistoria foi produzido um auto no dia vinte e dois de julho de dois mil e vinte e dois e foi remetido para a empresa para dar resposta àquelas situações, dar resposta e resolvê-las naturalmente.

A empresa tem demorado a dar resposta e entretanto, a resposta que deu soubemos aqui há dias por parte da CCDR, que até disse assim, desculpem o termo" *Tirem lá a palha toda da resposta e respondam assim, por "A" por "B", cada número porque não é essa fundamentação que nós queremos, nós queremos respostas factos concretos*", questões que são escrutinadas pela CCDR porque há outras que foram escrutinadas por outras entidades e que uma já aceitaram a conformidade, outras ainda não se pronunciaram. Por causa disto e por causa das reclamações e por não estarem implementadas as medidas que estão dependentes, de facto, também da aprovação dos projetos que confirmem que essas medidas e com declarações dos técnicos, a responsabilidade dos técnicos que aquilo resolve, portanto, estamos aqui a par com um problema de licenciamento urbanístico que não está concluído, e para estar concluído eles têm que construir determinadas barreiras, utilizar determinada tecnologia para mitigar essas coisas e nós só podemos aprovar isso depois, deles apresentarem tudo e sabe quando é que apresentaram? No dia vinte e três de fevereiro, acho que foi por estes dias, portanto, ainda está para análise e acho que não vieram os elementos todos ainda está a ser conferido. Mas o que é que aconteceu, a fiscalização que promoveu as medidas que tinha que promover chegou com a minha autorização, eu próprio assinei, não foi só o Sr. Vereador, auto de embargo da atividade.

Houve desrespeito, desse auto de embargo da atividade e remetemos o assunto para o Ministério Público, da parte do Ministério Público existem dois processos, nós apresentámos em momentos distintos duas denúncias nas quais se dava conhecimento de factos suscetíveis de crime de desobediência porque perante a ordem de parar aquela atividade, porque ela estava a ser prejudicial e confirmava-se para o os vizinhos, de quem já falei também. Isto configuraria crime de desobediência alegadamente temos que dizer assim, praticados pela Reginacork.

Apenas temos notícia da conclusão de um processo de inquérito, eles são dois, no qual o Ministério Público deduziu acusação contra a arguida, mas não conhecemos desenvolvimentos, não temos tido mais informação do Tribunal.

Da fiscalização, já agora para que conste, nós reunimos, naturalmente com os moradores, já vieram aqui várias vezes falar connosco, eu tenho-os atendido, o Sr. Vereador Pedro Taleço também os tem atendido e às vezes, eles ficam com a sensação que ninguém resolve nada, mas nós temos que resolver aquilo que está nas nossas mãos em termos, enfim, com o enquadramento legal que temos para a nossa atuação e no capítulo da fiscalização, para além destas denúncias ao Ministério Público também foi aplicada uma pesadíssima coima de dezenas de milhares de euros à Reginacork, que nos informou à relativamente pouco tempo que vai pagar em prestações, quer pagar em prestações, mas que vai contestar, naturalmente está no seu pleno direito, isto tem prazos, enfim, entretanto em matéria de licenciamento aquilo que nós pedimos, não é só a correção das peças de construir mais para ali, ou mais, para acolá, porque eles, de facto, têm mais área de terreno e têm também por essa via, possivelmente mais área de construção e isso resolve a construção, mas nós temos que aferir e aqui já não é uma questão puramente, enfim, de especialidade urbanística do que diz respeito à arquitetura e às engenharias, mas é mais na parte de um conjunto de cumprimento portarias de ruído, disto, daquilo e de aqueloutro eles têm que apresentar medidas mitigadoras no caso do ruído seja com barreiras arbóreas, seja com barreiras de insonorização em betão, ou seja, como eles chegaram a propor inicialmente, que era encerrar aquilo que tudo, está bem, mas o problema é que para encerrar aquilo estão a fazer uma área bruta de construção superior àquela que o terreno permite e, portanto, eles andam há seis meses, porque eles sentiram-se muito mais apertados a partir de julho do ano passado a tentar dar resposta aos requisitos técnicos das soluções que têm que apresentar e possivelmente também por causa de todas estas movimentações e denúncias etc.

Na semana passada deram entrada de elementos, portanto, o município tem estado a acompanhar, o urbanismo, tem este processo como outros priorizados a fiscalização solicito informação ao urbanismo, nós damos dizemos qual é o estado, ponto de situação se eles estão a cumprir ou não estão a cumprir a entrega de elementos nos prazos que foram dados e a fiscalização atua e geralmente pede para repor a legalidade urbanística que é licenciar a coisa, mas, para além disso, face às queixas dos nossos munícipes ali residentes, atuam em conformidade e têm aplicado coimas, seja por causa destas questões de caráter ambiental que podem vir a ter outras de outras entidades atenção e, há ali uma série de questões, eu nem me quero atrever a pensar que aquilo está quase, mas o quase demora sempre muito tempo, e mesmo depois de estar aprovado do ponto de vista urbanístico à que monitorizar o funcionamento destas entidades, porque as soluções podem ser tecnicamente corretas, mas os problemas às vezes persistem não com a mesma

dimensão mas com outro, agora tudo isto tem que ver com o histórico de ocupação de território em que, antes de termos Plano Diretor e seguramente também para termos algumas indústrias no concelho foi permitida a utilização de solos agroflorestais também para estas atividades e ainda hoje é possível em determinadas circunstâncias, mas estamos ali num processo de emparcelamento rural, é giro, isto é o tal histórico das quintinhas que continua a dar aqui muita água pela barba ao urbanismo e queixas, está bem, mas a lei é lei, houve divisão do território naquelas dimensões, daquelas parcelas, para fins agrícolas, não foi para fazer quintinhas de moradias, mas, na altura, era possível e, portanto, nós conhecemos quem ali vive sabemos quem tem a casa licenciada, mas justamente e com toda a justiça se queixam de estarem a ser incomodados por uma empresa que, de facto tem sido desrespeitadora e eles têm que estar do lado da razão e do lado dos cidadãos, é desrespeitadora, porque depois da administração, ter criado um enquadramento legal que lhe permite legalizar aquilo que não estava legalizado em pleno processo de, já fez mais coisas e continua a querer fazer porque, entretanto, soubemos que adquiriu terrenos ali ao lado, para estender a sua atividade, mas não ainda não fez lá nada, portanto, não apresentou nada na Câmara, mas também já fez outra ilegalidade que é fazer uma demolição sem licença de demolição, porque demoliu uma casa que lá estava, o terreno é seu, mas, apesar de a propriedade ser dos senhores para demolir é necessário licença de demolição e, portanto, é um processo que estamos a acompanhar eu próprio, Sr. Vereador, tem acompanhamento técnico, tem acompanhamento político permanente, porque queremos fazer justiça e os cidadãos têm razão de queixa, aquilo está a ser impactante para as pessoas que ali vivem e até para quem ali circula mas para isso também à solução, porque os senhores vão ser obrigados a fazer chamadas obras de urbanização externas ao seu edificado, nomeadamente quem leva para ali uma atividade que tem mais carros pesados, que tem mais viaturas, que provoca maior trânsito, tem que ser eles a fazer as pavimentações das ruas não pode ser o município com o dinheiro de nós todos, portanto, é a explicação que lhe posso dar sobre esta matéria.

Uma nota final, Sr. Colin Marques, estamos inteiramente de acordo, quero dizer-lhe que o município já tem fatura eletrónica há muitos anos, a percentagem é, de facto, ínfima, pouca gente tem aderido, nós recentemente, até numa reunião há cerca de oito dias, até com o com os trabalhadores do atendimento municipal falámos sobre problemas que tem havido com a empresa de faturação que provocam um acréscimo de munícipes nos atendimentos presenciais desnecessariamente e com a fatura eletrónica nunca há problemas, há é com a outra que chega tarde, fora de prazo, ultrapassando os prazos que as pessoas têm para pagar e voltamos a falar nisso e vamos fazer uma nova campanha e facilitar ainda mais a adesão que hoje, nós já decidimos isso, mas depois mete a questão da proteção de dados e mais não sei quê, quer dizer, para tudo, é preciso um impresso muito complexo, e isto da proteção de dados ainda veio atrapalhar mais, mas vamos fazer uma nova campanha, porque tem todas as vantagens para toda a gente para o município, naturalmente também.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Concluímos este período de antes da ordem do dia, temos duas atas para aprovar, a ata catorze de quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois e a ata número quinze de trinta de janeiro de dois mil e vinte e três, alguém quer fazer algumas considerações sobre a as atas?

Patricia Caixinha, faz favor."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente, apenas referir que já deixei as devidas correções às atas para aprovar hoje."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não há mais intervenções votamos as atas, eu considero que quem não está na sala está a votar favoravelmente, tenho que fazer isto desta maneira, não é, portanto, votamos."

A Ata número catorze, de quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

A Ata número quinze, de trinta de janeiro de dois mil e vinte e três, foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

Período da Ordem do Dia

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos a ordem de trabalhos, temos cinco pontos e alguns deles interessantes.

Sr. Presidente de Câmara, tem o ponto número um, não sei se consegue prescindir da leitura já que todos fizemos essa leitura."

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Dado o adiantado da hora, eu prescindiria da leitura recomendando naturalmente que todos os membros da Assembleia dessem um pouco de atenção, à síntese que é esta introdução e solicitando que ela fosse transcrita na íntegra para a ata da sessão e ficaria para as questões.

Introdução:

O período em apreço foi marcado pela profunda alteração operada nos serviços, com a disponibilização, a 18 de outubro, de um conjunto de 119 formalidades da área do Urbanismo, através do portal de Serviços *Online* do Município. Pedidos de Comunicação Prévia, Licenciamento, Legalização, Autorização de Utilização, Alvará, Centro Histórico e Reabilitação Urbana, são apenas algumas das formalidades disponíveis nesta fase, conducente a uma maior agilização dos procedimentos e comodidade para as/os cidadãs/ãos. Esta entrada em operação foi acompanhada de um plano de comunicação, tutoriais de apoio e reforço da equipa de atendimento telefónico mediado. Para quem tenha mais dificuldades, o Município disponibiliza dois pontos de atendimento digital assistido, nos atendimentos municipais de Palmela e de Pinhal Novo, mediante agendamento prévio. O desenho dos novos *workflows*, o desenvolvimento das plataformas, a formação e a implementação resultam, pois, do envolvimento transversal da organização nos objetivos de modernização administrativa e da transição digital – de complexidade acrescida porquanto se dirigem a um público bastante heterogéneo e acontecem sem paragem dos serviços.

De igual modo, a nova plataforma *online* associada ao "Eu Participo!" veio facilitar a comunicação de propostas e resultados e o acompanhamento dos processos e conferir maior rigor e responsabilidade à participação. Em setembro, o Município cumpriu o segundo ciclo de 2022 do "Eu Participo!" Munícipes, com a realização de cinco assembleias decentralizadas - uma em cada Freguesia – e, em outubro, dinamizou cinco sessões internas no âmbito do "Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais. Entre 19 e 23 de setembro, a Semana dedicada a Palmela encerrou o ciclo das Semanas das Freguesias, que continuaram a afirmar-se

enquanto momento privilegiado de contacto com diferentes agentes do território e de reforço dos laços de trabalho e cooperação entre as autarquias.

No campo da cooperação internacional, este período foi particularmente rico, com diversas entidades e delegações de países com quem Palmela tem relações de amizade e cooperação a marcarem presença na Festa das Vindimas. O momento propiciou, também, reuniões de trabalho e visitas técnicas com o município de Tollo (Itália) e os municípios caboverdianos da Praia (Ilha do Sal) e S. Filipe (Ilha do Fogo), para aprofundamento de laços com empresas e agentes locais e prossecução do plano estratégico de cooperação.

Com o início do novo ano letivo, regressou, também, o processo de participação infanto-juvenil, registando-se, neste arranque, 10 sessões do Clube "Eu Participo!", que abrange os 2.º e 3.º ciclos. Destaque para o lançamento do projeto "Escola Agentes Eu Participo!", que resulta da reestruturação do projeto desenvolvido pelo Município, em parceria com as escolas do Concelho, desde 2011 e que se constitui como uma verdadeira «escola de ativistas» junto dos públicos do pré-escolar e 1.º ciclo, garantindo às crianças o direito de serem ouvidas e de participarem na sua comunidade.

A 31 de outubro, o efetivo total do Município era de 1.216 trabalhadoras/es, número que resulta da transferência de competências da área da Educação, mas, também, do permanente esforço de recrutamento para reforço das equipas, em diversas áreas. Uma boa integração é determinante para a satisfação e desempenho, tendo-se realizado 12 sessões de acolhimento para novas/os trabalhadoras/es neste período. No campo da formação profissional, realizaram-se 39 ações, num total de cerca de duas mil horas de formação, com destaque para a ação "Atendimento ao Público", o início do curso de "Espanhol essencial para o Turismo" e cinco sessões da ação "Igualdade de Género na Educação" para pessoal não docente das nossas escolas, no âmbito da Rede de Autarquias para a Igualdade, num total de 160 participantes (recorde-se que a Autarquia assinalou, a 24 de outubro, o Dia Municipal para a Igualdade com várias atividades, para públicos diversos). No período em que foi formalizada a celebração do Protocolo de Cooperação institucional com as Juntas de Freguesia do Concelho, para execução do Plano de Formação do Município, sublinha-se, ainda, a realização da auditoria para renovação da certificação do Município como Entidade Formadora junto da Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais.

A campanha interna "Saúde Primária" continuou a dinamizar atividades de informação e diagnóstico, para prevenção da doença e maior literacia em saúde. Sob o tema "Suporte Básico de Vida e Posição Lateral de Segurança", realizaram-se quatro ações, com a participação de 94 trabalhadoras/es municipais, em funções no Agrupamento de Escolas de Palmela e na Escola Secundária de Palmela. Junto da população em geral, a Autarquia assinalou o Dia Mundial do Coração, com 10 ações de rastreio na Unidade Móvel de Saúde, numa coorganização com o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida e o Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar de Setúbal. Em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, organizou uma Caminhada Solidária nas Serras de Quinta do Anjo e apoiou o rastreio ao Cancro da Mama, realizado em vários pontos do Concelho. A par de todo o trabalho técnico e de divulgação, o aniversário da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis foi celebrado, simbolicamente, com o hastear da Bandeira dos 25 anos.

O incêndio que atingiu as freguesias de Palmela e Quinta do Anjo, a 13 de julho, continua a merecer atenção por parte do Município, que mantém ações de avaliação de risco e acompanhamento do processo de recuperação, além do atendimento a munícipes e agentes do território, registando-se a realização de uma reunião com moradoras/es da Quinta da Glória e de uma reunião geral, além de diversos contactos institucionais. A coordenação do funcionamento do Centro de Vacinação COVID-19, em Pinhal Novo, bem como das ações de vacinação em lares e ao domicílio, no arranque da campanha de reforço vacinal contra a COVID-19 e a gripe sazonal, também continuou a marcar a atividade municipal, na área da Proteção Civil e Segurança. A Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela recebeu um apoio para investimento, no valor de cerca de 29 mil euros.

O arranque de um novo ano letivo é sempre tempo de enormes mudanças e expetativas para a comunidade educativa e para as famílias, e a transferência de competências para o Município na área da Educação motivou ainda mais alterações e pressão acrescida sobre os serviços, que têm a seu cargo todo o ensino obrigatório. O Programa de Alimentação Escolar, alargado até ao Secundário, representa, agora, 3.500 refeições diárias, e no âmbito do Reforço Alimentar e do Regime da Fruta Escolar, 3.192 crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo receberam cerca de 55 mil peças de fruta, além de bolachas e frutos secos. A Autarquia

assegura, ainda, a aquisição e distribuição do Leite Escolar e manteve a oferta dos Cadernos de Atividades do 1.º ciclo, numa despesa superior a 90 mil euros, comprometendo-se a alargar esta medida ao 2.º ciclo em 2023. Em outubro, abriu o período de candidaturas a Bolsas de Estudo no presente ano letivo, que aumentaram de 30 para 55.

O Momento de Convívio foi o ponto alto do programa alargado de Receção à Comunidade Educativa, reunindo mais de três centenas de pessoas numa tarde de festa e boas-vindas para quem chega e de homenagem a docentes e não docentes aposentadas/os. Na ocasião, a distribuição do Caderno de Recursos Educativos permitiu promover os múltiplos recursos deste território educador. O programa "Aprender a Nadar" regressou em pleno, depois da pandemia, com o primeiro de três cursos anuais e a participação de meio milhar de crianças, de 24 turmas do Concelho.

Teve continuidade o investimento na beneficiação e manutenção dos edifícios escolares, com destaque para a conclusão da empreitada de criação de zonas de sombreamento no logradouro na EB Bairro Alentejano e reparação da plataforma elevatória, a adjudicação e subsequente início da elaboração do projeto de requalificação do logradouro da EB Joaquim José de Carvalho (Palmela) e a resolução de patologias diversas, no âmbito da garantia das empreitadas de ampliação e requalificação nas EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo), Cabanas e Águas de Moura, esta última, à data, ainda a decorrer. O Município procedeu, também, à aquisição e instalação de equipamentos nos espaços de jogo e recreio da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo) e dos JI Vale da Vila e n.º 1 Olhos de Água e deu sequência ao objetivo de permanente modernização e apetrechamento dos estabelecimentos de ensino, com a aquisição de novo material didático para os JI Aires, Cajados, Olhos de Água, Lagoa do Calvo e Lagameças.

O Outubro MAIOR – Mês das Pessoas Idosas no Concelho de Palmela foi pretexto para um vasto programa de iniciativas de sensibilização, capacitação e animação, promotoras da intergeracionalidade, do convívio e de um maior conhecimento e atenção perante as necessidades e expetativas da população idosa. Neste período, concretizou-se a terceira distribuição do ano do Cabaz Solidário Saudável, em articulação com a Rede Social, beneficiando 491 munícipes. No âmbito do processo de atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, realizou-se uma sessão de trabalho com o Instituto Politécnico de Setúbal e meia centena de participantes, de 29 entidades parceiras.

Concretizou-se, neste período, a aquisição de cinco imóveis para reabilitação, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, e concluíram-se duas empreitadas de reabilitação em fogos municipais, em Palmela e Pinhal Novo.

A identificação predial voluntária para minoração de IMI no Centro Histórico decorreu neste período e a especificidade deste núcleo continua a justificar particular atenção, sublinhando-se a abertura do procedimento de contratação de entidade externa para o desenvolvimento de um Estudo e Plano de Revitalização Económica.

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal teve continuidade com um conjunto intenso de reuniões de concertação com diversas entidades da Comissão Consultiva da Revisão. Entretanto, o Seminário de Encerramento do Plano local de Adaptação às Alterações Climáticas permitiu apresentar, publicamente, o diagnóstico e as medidas previstas para o Concelho de Palmela neste instrumento estratégico.

Concluiu-se, oficialmente, a empreitada de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, bem como a empreitada de execução de ramais domiciliários de águas residuais domésticas e pluviais, relativa a 2022, e concretizaram-se as 4.ª e 5.ª campanhas de desinfestação e desratização de redes de esgotos municipais.

No que respeita ao sistema de águas de abastecimento, foram concluídas as empreitadas de execução de prolongamentos para ampliação e remodelação da rede de distribuição, relativas a todas as freguesias, e de execução de ramais domiciliários. Foi celebrado contrato relativo à empreitada de "Ligação dos novos furos de captação de água de Fonte da Vaca ao reservatório de Fonte da Vaca", intervenção de enorme importância para o reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo.

O período particularmente intenso de festividades e provas desportivas - destacando-se, pela sua dimensão e atratividade, a Festa das Vindimas e a Feira Medieval de Palmela - obrigou a um esforço suplementar na área da limpeza urbana, com contratações pontuais ao exterior para complemento das brigadas municipais. De

igual modo, adjudicaram-se ao exterior serviços pontuais para reforço de ações de limpeza e corte de infestantes.

As comemorações da Semana Europeia da Mobilidade motivaram a realização de um conjunto de ações de sensibilização para o impacto das opções individuais de mobilidade. Destaque para a ação prática de capacitação de crianças e jovens "Ciclismo na Vila", com a Federação Portuguesa de Ciclismo e a participação do ciclista Rafael Reis, e para a implementação do sistema de uso partilhado de trotinetas e bicicletas elétricas nos perímetros urbanos de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo. Neste período, encontravam-se em execução as empreitadas de beneficiação do Jardim Ferreira da Costa (Venda do Alcaide) e do parque de estacionamento na Rua Manuel Caetano (Quinta do Anjo).

Com a Campanha de Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica ainda a decorrer, teve continuidade o registo na plataforma do Sistema de Informação Geográfica de todos os dados dos felinos intervencionados no âmbito do Programa CED. Concluiu-se, entretanto, o Parque de Matilhas, espaço que irá albergar animais que se encontram em matilhas no espaço público.

A apresentação pública do novo Programa Museológico do Museu Municipal de Palmela, e posterior publicação no boletim +Museu, representa um marco nesta área, que continua a apostar na proximidade com os diversos públicos e em práticas inclusivas. Neste campo, releva-se a colocação de piso pedotáctil no Museu – A Estação, indicado para a orientação de público com deficiência visual. No Espaço Cidadão, foi inaugurada a exposição "*Balmalla Hisn al-Rábita*. Um Castelo na Arrábida", que aprofunda o conhecimento que temos sobre o nosso Castelo e a sua origem Omíada, no séc. VIII, e que estará patente até setembro de 2023. Também a propósito do Castelo, "*Balmalla*, uma fortificação com mais de 1.000 anos de história" é o título do filme que conquistou o prémio na categoria *Best Movies in the Region of Arrábida*, na edição 2022 do *Finisterra Arrábida Film Art & Tourism Festival*. Para assinalar o Dia Nacional dos Castelos, foi organizada uma visita especializada ao Castelo e à vila de Palmela para a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e o Município promoveu o Curso sobre Castelos dedicado aos "Castros do Norte de Portugal".

As comemorações do Centenário do Nascimento de José Saramago tiveram continuidade com a inauguração da exposição "Voltar aos passos que foram dados", com representantes da Fundação José Saramago, e a exibição do documentário "José e Pilar". A exposição "Álbum de Família" continuou em itinerância, desta feita, na Biblioteca de Palmela e no Centro Cultural de Poceirão, e o projeto "365 Dias de Romance" proporcionou uma conversa literária com a escritora Dulce Garcia. De entre as ações propostas pelo programa Formação para a Comunidade, são de referir, por exemplo, as sessões de identificação de plantas com a autora Diana Pedreira e uma centena de alunas/os das escolas básicas do Lau e de Brejos do Assa, e a conclusão do curso anual de Educação e Formação de Adultos, na área de Técnica/o Gestor de Ambiente, com a aprovação final de 15 formandas/os. Em resultado do projeto "Conversas sem Margem", que propõe a abordagem e reflexão sobre dinâmicas sociais complexas e estereótipos, a Biblioteca Municipal de Palmela passou a ser membro da Rede de Bibliotecas UNESCO.

Outubro em Palmela é sempre "Mês da Música" e, em 2022, o programa foi recheado de espetáculos e oficinas para todos os públicos, em diversas salas do Concelho, e a estreia de sucesso do *Méee Festival Folk*, em Quinta do Anjo. A 5.ª edição do Manobras – Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas, promovido pela Artemrede e Municípios associados, foi apresentado, publicamente, em Palmela, e o Município acolheu cinco espetáculos de artistas nacionais e internacionais. O cinema continua a captar novos públicos e o Auditório Municipal em Pinhal Novo – Rui Guerreiro foi palco de mais uma edição dos "Sustos Curtos", extensão do Festival *MOTELX*. Em Águas de Moura, o projeto "Noites na Fonte" animou o centro da aldeia com dois serões de grande qualidade.

Os grupos de teatro e as associações locais continuaram a desempenhar um papel de relevo na dinamização cultural do território e o Município é um parceiro presente e disponível para a concretização dos seus projetos, sendo de sublinhar as estreias do Teatro Sem Dono, com "*Macbeth*", e do Bando com "Tabu", o Festival de Folclore Infantil em Pinhal Novo, bem como o regresso em pleno de festividades como a Festa das Vindimas, organizada pela Associação de Festas de Palmela, e a Festa de Todos os Santos, da responsabilidade da Associação de Festas de Quinta do Anjo, dois certames que colocam em evidência as raízes culturais do Concelho, os seus produtos, saberes e tradições. O programa "Março a Partir" concluiu-se em outubro, com a

realização do Festival PN, em Pinhal Novo, numa organização da Associação Juvenil COI (adiado em março devido à pandemia).

Nos meses em apreço, concluíram-se as obras de requalificação do Espaço de Jogo e Recreio (EJR) de Quinta do Anjo e execução de balneários para o Polidesportivo do Bairro Alentejano, iniciou-se a construção do novo EJR na Rua António Lopes/Rua Maria Eduarda Ferreira (Pinhal Novo) e foi adjudicado um importante pacote de ações para reabilitação e valorização de diversos equipamentos desportivos e de lazer em espaço público.

O Município apoiou a realização do curso de Treinadores de Grau I de Atletismo (componente específica), etapa de formação do Programa Nacional de Formação de Treinadores, promovido pela Associação Portuguesa de Atletismo e pela Federação Portuguesa da modalidade, e inaugurou, em cooperação com esta última, o Centro Municipal de Marcha e Corrida de Palmela, 102.º a nível nacional. Com o gabinete de apoio técnico a funcionar na Piscina Municipal de Palmela, o Centro é gerido pela Palmela Desporto e tem a Secção de Atletismo do Palmelense Futebol Clube como parceiro local. O Judo voltou a estar em destaque, com o Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo a acolher centenas de judocas de todo o país no II Encontro Nacional de *Katas* e nos Campeonatos Nacionais de Equipas Juvenis e Juniores, e o *Jiu Jitsu* continua a conquistar praticantes e adeptas/os, tendo-se realizado, no mesmo equipamento, a V Taça de *Jiu Jitsu* de Pinhal Novo.

A atividade física é determinante para a saúde e bem-estar, pelo que o Município apoiou, neste período, oito IPSS que participam no programa "Viver Melhor, Viver com Autonomia" e três associações que acolhem as atividades do "50+ Programa de Exercício", aprovou quatro Contratos-Programa com clubes e associações, para apoio à utilização de equipamentos desportivos municipais geridos pela Palmela Desporto, e um Protocolo de Cooperação com a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente, relativo à gestão do Polidesportivo 25 de Abril (Pinhal Novo).

Na sequência da implementação da nova rede de iluminação pública do Concelho, com protocolo de comunicação *LoRaWan*, encontravam-se em curso, neste período, ajustamentos no sistema de *dimming* nas luminárias (redução de potência em 50% entre as 23:00 e as 6:00, para maior poupança energética), além de projetos-piloto nas áreas de RSU e papeleiras e dos sistemas de rega, para monitorização através de plataformas *online.*

Com várias outras intervenções a decorrer, em particular, na Freguesia de Quinta do Anjo, o Município concluiu, neste período, a pavimentação da Rua José Luís da Silva Camolas (Palmela) e a execução do Parque de Estacionamento da Rua Mouzinho de Albuquerque (Pinhal Novo), tendo-se realizado mais de uma centena de intervenções de conservação da rede viária municipal por administração direta.

O regresso da Feira Medieval de Palmela, sob o tema "Mesteirais e Outras Gentes na Palmela do séc. XII", foi recebido com forte entusiasmo e o registo de mais de 30 mil visitantes confirmou a aposta na organização direta do evento, que envolveu múltiplos serviços municipais. A inclusão e acessibilidade, o voluntariado e a formação foram componentes muito valorizadas e que contribuíram para a qualidade do programa, que já é uma referência nacional. Na reta final do verão, o Município participou em várias iniciativas, como forma de promoção do território e dos produtos locais de qualidade. Sublinha-se mais uma presença no Festival de Gastronomia de Santarém e na Gala da Rainha das Vindimas de Portugal, este ano, realizada em Pinhel, Cidade do Vinho 2020/2022. No âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com Guimarães, Palmela acolheu o Sr. Vereador do Turismo e vários vitivinicultores deste Município, que vieram conhecer a nossa oferta enoturística, num importante momento de contacto e *benchmarking*.

Subordinado ao tema "Desenvolvimento Económico num Mundo em Mudança – Empreendedorismo, Criatividade e Capacitação", o Fórum Económico de Palmela favoreceu o contacto entre empresas, um maior (re)conhecimento do nosso tecido económico e a partilha e debate de ideias, com vista ao fortalecimento do ecossistema empreendedor, à criação de emprego cada vez mais qualificado e à captação de investimento. A divulgação da Incubadora de Empresas e o incremento de recursos disponíveis e de ações de formação e *networking* têm conferido visibilidade e capacitação às empresas incubadas.

A 30 de setembro, a cerimónia pública de assinatura dos Autos de Transferência encerrou, de forma simbólica, os processos de formalização da transferência de várias competências do Município para as Juntas de Freguesia do Concelho, com entrada em vigor a 1 de outubro. Estes Autos, juntamente com os Contratos

Interadministrativos já em vigor, correspondem a uma transferência financeira de cerca de 2,6 milhões de euros, em 2023, além de recursos humanos e materiais, e embora as Autarquias considerem que este não é o modelo ideal, continuarão a cooperar com o objetivo permanente de qualificar, cada vez mais, o serviço público prestado às populações."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, será transcrita na ata com certeza, muito obrigado pela sua deferência intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos?

Não existindo passamos ao segundo ponto da ordem de trabalhos, 1ª Alteração Modificativo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO DOIS – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Esta 1ª Alteração modificativa entenda-se antigamente chamávamos de Revisão ao Orçamento das Grandes Opções do plano 2023- 2027, tem como principais objetivos:

-Proceder à inscrição de parte do saldo de gerência de 2022, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam "a definir" e o reforço de outras dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano;

-Repor verbas que foram utilizadas na 1ª Alteração Permutativa aprovada em Câmara, para compensar reforços urgentes e agora vamos repor lá essas verbas, porque poderão ser necessárias ao longo do ano;

-Efetuar ajustamentos nos documentos em vigor, seja por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento.

Receita:

Incluímos parte do saldo de gerência no valor de 17.165.154€ (dezassete milhões, cento e sessenta e cinco mil e cinquenta e quatro euros), que foi fixado através da aprovação pela Câmara do mapa de demonstração de fluxo de caixa no pretérito 25 de janeiro e documento que faz parte da presente proposta.

Efetuou-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento de Estado de 2023, porque houve aqui uma atualização e um acréscimo no valor de 606.512€ (seiscentos e seis mil quinhentos e doze euros).

No que concerne às transferências correntes efetuou-se um reforço das respetivas rubricas no valor de 402.708€ (quatrocentos e dois mil setecentos e oito euros) relativo a comparticipações no âmbito dos projetos: transferência de competências da Educação, Plano de estabilização de emergência do ICNF, vimos excecionalmente aprovado uma candidatura e o plano que o município aprovou de recuperação natural dos espaços afetados pelo incêndio. Fomos o único município abaixo de 500 hectares ardidos que viu esta candidatura aprovada, também na Estratégia Local de Habitação, PRR e também no PRR a Transferência para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca que também há aqui novidades e que é necessário dotar e o Programa Cultura para Todos.

Depois efetuou-se um reforço líquido no valor de 77.000€ (setenta e sete mil euros) na rubrica de transferências de capital, comparticipações no âmbito da Candidatura para Aquisição de Equipamento de Compostagem Comunitária, da candidatura para Aquisição de projetor de Cinema Digital para Cine Teatro São João e a tal transferências do PRR, e aquela estratégia territorial integrada que lográmos alcançar para ações na União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

Efetuou-se uma anulação relativa à Estratégia Local de Habitação de uma verba recebida em 2022 que procuraria já explicar. Esta anulação não tem que ver com nenhum recuo no trabalho da estratégia acontece

que adquirimos e estávamos a pensar que só teríamos a receita em 2023, mas, felizmente, fomos ressarcidos em 2022, depois já expliquei que há os outros reforços 360.000€ (trezentos e sessenta mil euros) no total, tem que ver com as candidaturas e as comparticipações na aquisição de equipamento compostagem comunitária, aquisição do projetor de cinema digital e as transferências para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca só aqui são 275.000€ (duzentos e setenta e cinco mil euros) para várias ações, no âmbito da ITI daquela unidade territorial.

Despesa:

Os principais movimentos resultam, na:

-Dotação de rubricas que se encontravam "a definir", conjunto de compromissos políticos importantes de obras, de rede viária, de infraestruturação, de saneamento, de reforço e remodelação de redes de água, de reabilitação de espaços de jogo e recreio, enfim, vão ter oportunidade ou tiveram oportunidade de ver em detalhe, mas tudo daquilo que estava a definir nós estamos a colocar então como definido, com o saldo do ano anterior de 11,2 ME (onze vírgula dois milhões de euros), que são compromissos políticos.

- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados no ano anterior. Há um conjunto de rubricas que estavam dotadas para o ano de 2023, mas, como houve pagamentos que transitaram, não por atraso no nosso pagamento, porque nós pagamos a tempo e horas, mas por entregas, conferência de autos, faturação de entidades, de empreitadas, etc. que vieram já fora de prazo para serem pagas em 2022. Felizmente, temos a rubrica aberta em 2023 e vamos pagá-los em janeiro com 2023. Ora, para manter a dotação do ano de 2023, que foi agora parcialmente consumida com pagamentos referentes a 2022, estamos aqui a repor esta verba. Estou a explicar isto com detalhe, para nos habituarmos todas estas coisas e para terem uma ideia, circunstâncias destas estão aqui a envolver 1.008€(um virgula oito milhões de euros).

- Reforço de diversas rubricas de pessoal resultantes da aplicação de medidas de valorização remuneratória, aumento do subsídio de refeição, rubricas de funcionamento cuja dotação se constatou ser insuficiente para as necessidades do ano, mas tudo aquilo que teve que ver com carreiras, reposicionamentos, percussões, opção gestionária, tudo isto resulta no reforço de 2.002€ (dois virgula dois milhões de euros) em pessoal e tudo aquilo que depois está relacionado com os descontos, Segurança Social, ADSE, por aí fora, abonos etc. etc.

- Reposição de verbas utilizadas na 1ª Alteração Permutativa ao Orçamento, apenas 327.000€ (trezentos e vinte e sete mil euros).

-Portanto, as Grandes Opções do Plano, com esta incorporação de verbas felizmente, comprometidas com muitas ações e investimentos que tinham uma dotação de 42,007€ (quarenta e dois virgula sete milhões de euros) passam agora a ter uma dotação de 58,008€ (cinquenta e oito virgula oito milhões de euros).

Funções Gerais:

- Queria aqui destacar, por exemplo, o Reforço de ações do projeto «instalações municipais», há um conjunto de melhorias em instalações a fazer, para enfim, a dignidade dos edifícios de serviços, mas também para conferir melhor conforto e condições de trabalho aos trabalhadores, mais 169.000€ (cento e sessenta e nove mil euros) atenção que é preciso juntar isto àquilo que já lá está.

Funções Sociais:

- Reforço da «Beneficiação, Conservação, Funcionamento e Apetrechamento das EB/JI», para além da inscrição da verba a definir ainda metemos mais 181.000€ (cento e oitenta e um mil euros), portanto até fomos para além daquilo que já queríamos colocar com o reforço;

- O reforço da dotação do «Programa de Alimentação Escolar» que tivemos não só que fazer um reforço, mas também os 251.000 (duzentos e cinquenta e um mil euro) de encargos transitados, lá está uma das situações em que a fatura de 2022 é paga em 2023;

- Reforçamos também na ação «Transferência de Competências - Refeições Escolares do 2º, 3º ciclos e Secundário», um reforço para mais 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros), e há aqui um dado, que é politicamente relevante, não sei porquê os senhores hão de refletir se é por causa de dificuldades económicas

das famílias ou se é por causa dos refeitórios hoje terem melhor oferta em todos os ciclos de ensino, porque são, de facto, opções da contratação do município há mais quarenta por cento dos alunos a almoçar nas nossas escolas;

- Inclusão da nova ação «Requalificação da Alameda 25 de Abril/EN 379» 50.000€ (cinquenta mil euros) para projetos, nós queremos elaborar um projeto para a requalificação desta entrada da Vila de Palmela, desde a Avenida do Palmelense até ao Chafariz, incluindo o terminal rodoviário, todos os espaços exteriores e, portanto, isto necessita de um bom projeto de regeneração daquele espaço;

- Reforço da dotação «Infraestruturação da Lagoinha - 2ª fase», que já tem valores muito substanciais até para uma empreitada que teve que ser repetida e que foi agora adjudicada, mas estamos aqui a por mais 310.000€ (trezentos e dez mil euros), para águas residuais domésticas na Rua da Holanda e arruamentos adjacentes na zona de Vale de Touros e também para prolongar a rede ao longo da EB/379;

- «Infraestruturação faseada de Olhos de Água», também faz parte do nosso programa de trabalho, mandato, a zona de Olhos de Água/Pinhal Novo, Quinta das Flores, Quinta do Anjo já tem infraestruturação que vai ser faseada porque os projetos que apresentámos até na semana do Pinhal Novo apontam para dois milhões e tal de obra. Fizemos um reforço de 200.000€ (duzentos mil euros) para lançar agora a 1ª fase Rua dos Couceiros e o troço ao longo da EN/379, porque só depois desse feito e ligação, porque inclui a ligação à elevatória da Simarsul é que podemos fazer os outros arruamentos que vão lá desaguar graviticamente a este outro emissário;

- Uma nova ação «Remodelação de condutas e novo atravessamento da linha do caminho de ferro em Pinhal Novo», ou seja, nós já temos mais de 500.000€ (quinhentos mil euros) para reforço da rede remodelações, reforço de abastecimento de água, estamos aqui a fazer também mais um reforço de 50.000€ (cinquenta mil euros) para um projeto muito específico que é um atravessamento por baixo do caminho de ferro que é sempre muito complexo, com projetos muito complexos a provar pelas Infraestruturas de Portugal etc. para termos um sistema redundante sempre em anel qualquer colapso que haja em qualquer depósito em qualquer furo temos a possibilidade de fechavam a de abrigo de outro;

- Inclusão de nova ação «Recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados», temos que passar a investir mais nisto, porque as empresas no âmbito de protocolos e concursos com a agência de energia, etc. nós vamos rescindir, porque eles não respondem há necessidade, nem em número de oleões, nem periodicidade de recolha e, portanto, vamos fazer um concurso e precisamos de investir nós, porque o anterior aquilo praticamente a recolha do óleo pagava o serviço, mas já percebemos que isto tem outros custos e que temos nós investir nisto;

- Também na «Aquisição de equipamento de compostagem comunitária» que que vai ser cofinanciado;

- «PRR- Transferência União de Freguesias Poceirão e Marateca – parque de lazer e Merendas de Águas» que tem que ver, de facto com o Parque de Caravanas, com o parque de lazer;

- Mais 100.000€ (cem mil euros) para a Inclusão de uma nova ação para a «Reabilitação de Espaço Museológico da Praça de Armas», isto quem tem castelos e outras velharias tem que estar sistematicamente a reabilitar e a tratar aqueles espaços;

- Mais 60.000€ (sessenta mil euros) para ações de «Conservação e Restauro urgentes»;

- Também para o «PRR- Transferência União de Freguesias Poceirão e Marateca Na União de freguesias de Poceirão e Marateca - abrir a rubrica com 50.000€ (cinquenta mil euros) no âmbito da candidatura para a dinamização de um «Museu Rural»;

- Também para a dinamização do «Centro da Moura», outro projeto que foi aprovado no âmbito da ITI de Marateca, 30.000€ (trinta mil euros);

- Outra ação, também do «Espaço Museológico Casa Rural», também para Poceirão, mais 50.000€ (cinquenta mil euros);

- «Espaço Interpretativo Caminhos de Santiago» a instalar em Águas de Moura, mais 50.000€ (cinquenta mil euros);

- «Centro Interpretativo da Moura - antigo lavadouro», também candidatado e contemplado, mais 50.000€ (cinquenta mil euros);

- Transferência também para o «Centro de Interpretação do "Sobreiro Assobiador" - zona envolvente, acessibilidades, sinalética, mobiliário urbano, painéis interpretativos» mais 50.000€ (cinquenta mil euros);

- Requalificação do «Espaço Multiusos de Águas de Moura», Multiusos da Junta de Freguesia, 25.000€ (cinquenta mil euros), isto tem que ver com conforto térmico e mais qualquer coisa;

- «Requalificação do Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura», um reforço que já lá estava verba de mais 25.000€ (vinte e cinco mil euros), estas são as ações vários agentes como à IPSS, clubes etc. que beneficiam da candidatura que o município fez infelizmente, vamos ter que ser nós a aprovar e a fazer muitos projetos e muitas obras, outros a Junta já pode fazer algumas, mas temos que pôr lá as verbas para começar a desenvolver trabalho.

Funções Económicas:

- «Repavimentação da Estrada Municipal 533 e 533-1», para além daquilo que estava definido 295.000€ (duzentos e noventa e cinco mil euros) para um troço prioritário à saída de Poceirão até à Asseiceira, temos já inscritos 200.000€ (duzentos mil euros) a definir que pretendemos utilizar em deste ano para mais um troço a caminho de Palmela. Quando conhecemos a orçamentação de trouxe mais longos, traremos seja na próxima revisão que não esta, porque ainda faremos outra, seja, eventualmente, em sede de empréstimo depois de sabermos todas as candidaturas a que concorreremos e para englobar nesse empréstimo, não só obras da rede viária, mas também obras dessas candidaturas que no "Portugal 2030" infelizmente, só tem financiamento de quarenta por cento, ficando os outros sessenta por cento para arranjámos dinheiro para os mesmos.

Depois efetuaram-se anulações, poucas, no valor de 348.690€ (trezentos e quarenta e oito mil seiscentos e noventa mil euros) tem que ver com pequenas alterações de programação com este saldo o nosso orçamento atinge o valor maior de sempre são 90.891.750€ (noventa milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta euros), é um acréscimo de vinte e cinco virgula treze por cento, relativamente ao orçamento inicial atual.

Para que conste e porque é uma regra que temos que respeitar no âmbito da Lei nº 51/2018, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o saldo de gerência de 2022 financia 6.543.107€ (seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil cento e sete euros), do reforço das despesas correntes agora proposto, temos que dizer isto, financia despesas correntes, mas isto também nos dá a revelar que o saldo, mais de 12 milhões, são metidos em ações concretas de investimento.

Fico disponível para as questões que queira colocar, gostava de chamar a vossa atenção para, por exemplo, estas obras de infraestruturação na ordem de centenas de milhares de euros que já referi algumas, mas também um plano de repavimentações e de pavimentações priorizamos já aquelas que têm projeto e que estão prontas a lançar a partir da aprovação desta 1ª Alteração, a 13 de Maio da Lagoinha, Joaquim Elias de Carvalho, rua dos Maios nas Marquesas II, Vasco da Gama Poceirão, rua Manuel João Lima Simões Quinta do Anjo, a mais votada no "Eu Participo!", ou seja o selo em Pinhal Novo a Rua do Euro na zona industrial de Vila Amélia, a pavimentação da 1º de Maio da Lagoa da Palha, a Rua Caixinhas que tantas vezes temos aqui, debatido são logo 325.000€ (trezentos e vinte e cinco mil euros), o Aceiro António Marreco na Fonte da Vaca, 255.000€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros), rua Américo Alegria no Lau, 360.000€ (trezentos e sessenta mil euros), a Rua da Ponte em Palmela, Ezequiel Marques no Forninho, a Francisco Romão na Agualva, a Rua dos Marinheiros em Brejos do Assa, também várias bancadas tem falado nesta rua e, portanto, conseguimos, felizmente, enquadrar aqui um conjunto de compromissos, que temos conversado sobre eles e com a população e que consideramos inadiáveis, há também aqui um reforço da rubrica de aquisição de terrenos que à data de hoje já se revela insuficiente para aquilo que pretendemos fazer que tem que ver com opções estratégicas que estamos a tomar seja de aquisição de terrenos para espaços-canais para Parque Verde Urbano, para novos Centros Escolares, porque precisamos de ampliar Cabanas, precisamos da zona nascente de Pinhal Novo de fazer um novo Centro Escolar centrada ali na zona da Palhota que responda com uma qualidade acrescida a Lagoa da Palha, Vale da Vila e Batudes, enfim, mas isso falaremos depois

quando as aquisições tiverem operacionalizadas, mas também outras que se estão a figurar como necessárias e que esperemos chegar a entendimento com os proprietários sem necessidade da via expropriativo.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos no ponto da ordem de trabalhos, da 1ª Alteração Modificativo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, intervenções faz favor?

Não há intervenções? Uma?

Patricia Caixinha Partido Socialista, faz favor."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

" Obrigada Sr. Presidente, muito rapidamente só para justificar talvez o sentido de voto da bancada do Partido Socialista, relativamente a esta alteração, porque não deixa de ser um instrumento de gestão que incorpora um saldo, que, de facto, é avultado e bem sabemos que é fruto das circunstâncias do mercado, mas também no nosso entendimento também tem a ver com uma forma pouco audaz desta autarquia resolver alguns problemas de há largos anos das populações e, por isso, a nossa abstenção.

Disse, obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Não havendo mais nenhuma intervenção, votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, doze votos a favor da CDU e dezoito abstenções (nove do PS, quatro do MCCP, um do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"O ponto seguinte, Desvinculação do Município de Palmela da Associação UNIV Sénior de Palmela, Sr. Presidente faz favor."

PONTO TRÊS – Desvinculação do Município de Palmela da Associação UNIV Sénior de Palmela

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se me permite, solicitaria a transcrição da proposta para a ata e faria aqui uma apresentação mais genérica.

O Município de Palmela, no âmbito das suas políticas promotoras do Envelhecimento Ativo, Saudável e da Relação entre Gerações, e reconhecendo a importância de constituição, no território do concelho de Palmela, de uma resposta socioeducativa estruturada, sustentável, pensada e dinamizada com e para a população de mais idade, participou no desenvolvimento e constituição da Associação UNIV Sénior de Palmela, em situação de paridade com os demais parceiros locais.

Para o efeito, e na sequência da deliberação deste órgão, tomada em 07/02/2018, e em Assembleia

Municipal em 22/02/2018, foi aprovada a participação do Município como um dos elementos fundadores da UNIV Sénior de Palmela.

Em 14/11/2019, foi constituída a Associação UNIV Sénior de Palmela e em 13/02/2020 procedeu-se à eleição dos seus Órgãos Sociais, tendo o Município de Palmela sido eleito como Presidente da Assembleia Geral.

Estando o Município vinculado a observar os regimes legais específicos no domínio de participações locais, com sujeição à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo para este efeito considerado como entidade pública participante, designadamente, com as obrigações derivadas dos artigos 56º e 59º e, por remissão, dos artigos 32.º, 41.º, 47.º, 53.º a 55.º da referida Lei, na sequência da atribuição de visto pelo Tribunal de Contas, a sua responsabilidade ao nível da assunção de encargos sociais, ficou circunscrita, entre outros, ao pagamento de quotizações, não podendo contribuir, a título de apoio, designadamente, através da disponibilização de quaisquer bens ou serviços para o funcionamento da associação.

Face ao exposto, e considerando que as limitações que a presente condição de entidade participante impõe em nada beneficia a Associação UNIV Sénior de Palmela, propõe-se à Câmara Municipal aprovar e submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a desvinculação do Município de Palmela da Associação UNIV Sénior de Palmela, ao abrigo das alíneas ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, e n), do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda do n.º 1, do artigo 53.º (por remissão do n.º 4 do artigo 56.º) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Está esclarecido por esta, enfim, em função da legislação vigente na proposta, tudo o que o Sr. Presidente acabou agora de referenciar a proposta passará também ela esplanada na sua viabilidade para a ata, com este esclarecimento adendatório, permita-me o termo.

Questões para esta proposta?

Alguma intervenção? Não há intervenções votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e um do BE) e uma abstenção do CH.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto da ordem de trabalhos seguinte, Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos, Sr. Presidente de Câmara, faz favor."

PONTO QUATRO – Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito sucintamente e pedindo também a transcrição na íntegra para a ata.

Palmela, Município Educador, desenvolve políticas públicas que, de forma transversal, sublinham o papel da Educação na resposta às mudanças globais e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, para uma escola verdadeiramente inclusiva e transformadora, com oportunidades para todos/as.

Nesta perspetiva, o apoio aos projetos socioeducativos dos estabelecimentos de educação e ensino, da rede pública e solidária, do concelho de Palmela, incentiva a promoção de percursos de educação com qualidade e

o desenvolvimento de práticas educativas e pedagógicas a favor do sucesso educativo, da participação e da cidadania das nossas crianças, alunas e alunos.

O Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos veio responder à necessidade de enquadrar estes apoios municipais num instrumento regulador, simultaneamente, acessível, transparente, e que promova equitativamente e democraticamente o seu acesso, aos estabelecimentos de educação e ensino, justificando-se, por esta via, a ponderação dos custos benefícios das medidas projetadas com a sua implementação.

Da avaliação efetuada aos quatro anos de implementação do Regulamento de Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos, realizada de forma colaborativa com e pelos destinatários (docentes dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e solidária, e dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário da rede pública, do concelho de Palmela), e não obstante o balanço positivo da aplicação desta medida, identificou-se a necessidade de alargar o seu âmbito a atividades pontuais, não inseridas em projeto, bem como de alterar alguns dos critérios, forma e prazos de candidatura, para responder de forma mais ágil, eficaz e objetiva, às necessidades e motivações da comunidade educativa.

Neste sentido, verificou-se uma evolução do processo de alteração ao regulamento vigente para uma efetiva proposta de um novo regulamento, cujo projeto foi objeto de parecer dos serviços internos do Município bem como do Encarregado de Proteção de Dados.

Em conformidade com a lei, a Câmara Municipal deliberou, em reunião ordinária de 2 de junho de 2021, autorizar o início do procedimento de alteração do regulamento municipal, com publicitação do início do procedimento na Internet e no sítio institucional da Câmara Municipal de Palmela, indicando-se as formas de constituição como interessados/as e de apresentação de contributos para a elaboração do Projeto de Regulamento, nos termos do n.º 1, do artigo 98.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

Pelo Edital nº 130/DAFRH-DAAG/2021, datado de 2021/06/04, e afixado nos locais habituais, foi tornado público que, durante dez dias, entre os dias quatro e vinte e dois de junho de dois mil e vinte e um, decorria o prazo para constituição de interessados/as, findo o qual, não se verificou qualquer pedido, solicitação, manifestação ou contributo.

Assim, tendo por normas habilitantes as disposições conjugadas dos artigos 73.º, 74.º e 241.º, da Constituição da República Portuguesa, o artigo 99.º e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no âmbito das competências conferidas pela alínea d) do n.º 2, do artigo 23º, alínea k), do n.º 1, do artigo 33º, e alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos, constante em anexo a esta proposta e que dela faz parte integrante;
2. Revogar o Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos aprovado em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, em 17/05/2017 e 26/09/2017, respetivamente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos, o que vos apraz dizer sobre esta proposta?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, um do CH e um do BE).

A **Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia do MCCP,** ausentou-se da sala cerca das 23:00 horas.

PONTO CINCO – Informação sobre atividade das Comissões da Assembleia Municipal

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto cinco da ordem de trabalhos, Informação sobre atividade das Comissões da Assembleia Municipal, como é do vosso conhecimento, o regimento da nossa assembleia, no seu artigo 38º nº 5, refere que compete ao coordenador da comissão, convocar e coordenar os trabalhos, representar a comissão, estabelecer ligação com a mesa da Assembleia e apresentar à Assembleia relatório anual da atividade da Comissão e, portanto, é isso que, irei agora pedir-vos para que façam.

Comissão do Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Públicas

"Temos aqui uma dificuldade é uma circunstância a Inês Garcia, que é responsável pela terceira comissão que é a "Comissão do Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Públicas, tinha referido que tinha que sair mesmo às onze horas e, portanto, foi isso que aconteceu e daquilo que percebi, não deixou nenhuma indicação, nem com a Cristina Moura, nem com Valentim Pinto, nem com a Patrícia Caixinha, nem com o Paulo Santos. Não tem problema, portanto, fica mencionado que será oportunamente apresentado.

Comissão Permanente

"Relativamente à Comissão Permanente, essa comissão é coordenada por mim e reuniu sete vezes com diferentes pontos da ordem de trabalhos lembrando-nos ainda que as três primeiras reuniões de 9 de novembro de 2021, de 12 de janeiro de 2022, de 26 janeiro de 2022, ainda foi numa modalidade híbrida, portanto, alguns na Assembleia Municipal e outros em casa, depois reunimos posteriormente a 14 de setembro, 19 de outubro, e a 24 de fevereiro, gostava de enfim, dizer que, desde a questão do regimento, a questão de convites, nomeadamente o Teatro "O Bando" no início de janeiro, às comissões, às representações da Assembleia Municipal, às comemorações do 25 de Abril, aos dias no concelho, Ribeira da Salgueirinha e ao PDM, houve aqui uma grande diversidade de temas que foram tratados sempre com muita acuidade, deferência e capacidade de resolução e de entendimento entre todos os membros e, portanto, gostava de saudar o Joaquim Pires, a Patrícia Caixinha, o Carlos Valente, o Carlos Vitorino, o Rui Valente e a Tânia Ramos.

Pediria agora ao Joaquim Pires, já que a Comissão de Finanças, Recursos Humanos e Organização e Segurança era coordenada pelo Carlos Caçoete, e esta comissão ao que sei e ao que discutimos na última reunião da Comissão de Líderes não teve qualquer reunião, faz favor, Joaquim Pires."

Comissão de Finanças, Recursos Humanos e Organização e Segurança

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"É verdade, a Comissão de Finanças, Recursos Humanos e Organização e Segurança, cuja coordenação era feita pelo membro da CDU que, infelizmente e lamentavelmente faleceu, o Carlos Alberto da Silva Caçoete, e, portanto, esta circunstância aliada a um conjunto de outros fatores, vicissitudes que apareceram nomeadamente com organização, mas, portanto, com este problema não foi possível à Comissão desenvolver qualquer trabalho neste sentido, neste momento, nós estamos a trabalhar no sentido da reconstituição da desta comissão para podermos começar a trabalhar dentro das regras do regulamento."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Recordo que, nós não elegemos pessoas, elegemos os partidos para as comissões e que esta comissão tem a coordenação da CDU e, portanto, é isso que a bancada tem que dizer e quem é que coordena a partir deste momento, ou a partir de amanhã, ou a partir da próxima semana, esta mesma comissão.

Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, recordo também que esta comissão numa primeira fase foi coordenada pelo membro da Assembleia Municipal, João Costa do Partido Socialista, e que, enfim, ainda tivemos aqui algum tempo para que esta substituição fosse feita, até porque houve um pedido de parecer jurídico no sentido de ser necessário a não ser aprovado de novo em Assembleia Municipal o nome, mas não, são os partidos que estão aqui objetivamente representados e daí esta minha intervenção com o Joaquim Pires e ficou a Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques, como coordenadora desta comissão que nos pode traçar em linhas gerais aquilo que a comissão desenvolveu durante este tempo, faz favor."

Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Então novamente na pessoa do Sr. Presidente cumprimento, todos os presentes e as catorze pessoas que nos acompanham ainda online. Então relativamente à composição da nossa Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, esta comissão é composta por cinco elementos, João Ricardo, Dulce Marques, Ricardo Marques, Ricardo Oliveira e Teresa Marta Joaquim.

Duas notas referentes ainda a composição, uma delas já referida pelo Sr. Presidente, no que diz respeito à substituição do coordenador João Costa em junho de 2022 e, entretanto, também uma segunda nota relativa a Ricardo Marques, que se encontra a substituir a Patrícia Valente, que, neste momento, está a realizar um programa de estudos fora de Portugal ao abrigo do programa "Erasmus Mais".

O âmbito dessa comissão, portanto, só relembrar a presente comissão compete fazer propostas, dar pareceres, recomendações e apresentar relatórios sobre assuntos relacionados com as áreas da Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais. Ultrapassadas alguns impasses associados, nomeadamente à composição da comissão e a constrangimentos profissionais, esta comissão realizou a sua primeira reunião no dia 23 de fevereiro de 2023, constituindo-se uma oportunidade para apresentação dos diferentes elementos, nomeadamente experiências pessoais e itinerários profissionais que concorram para as temáticas a abordar, partilha de expetativas de todos os elementos quanto aos trabalhos e ação a desenvolver, clarificação do âmbito e competências das comissões, breve síntese dos temas abordados no anterior mandato, debate de temas a abordar durante o atual mandato, e metodologias a seguir.

Assim, e atendendo à vastidão dos temas associados a esta comissão, definiu-se como metodologia de trabalho dar continuidade ao trabalho realizado pela Comissão entre 2019 e 2021, a saber: prosseguir com a auscultação de diferentes *stakeholders* associados aos temas a abordar, e conhecer diagnósticos atualizados, nomeadamente no que às temáticas da Educação, Juventude, Saúde e Assuntos Socias, com especial atenção no que à população idosa diz respeito, com enfoque na concertação destes diagnósticos, a temática da transferência de competências, ao plano de recuperação e resiliência português, e às necessidades emergentes resultantes de uma pandemia e de uma guerra com impactos mundiais, nacionais, e locais.

Nesse sentido encontra-se a ser ultimada a ata da reunião, por forma a ser requerido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a presença da Sra. Vereadora Maria João Camolas, com competências nas áreas da Educação, Ação Social, Saúde, Habitação Social, Juventude entre outras e de técnicos que esta considere pertinente participarem nas reuniões por forma a ser realizado um ponto de situação mais assertivo e rigoroso de todos os projetos com informação relativa ao planeamento previsto.

No futuro próximo dos trabalhos da comissão pretendemos prosseguir, continuando a escutar e a debater de modo a ser possível refletir, uma posição, e realizar recomendações de modo a atingir o fim último a que se destina a existência das comissões reunindo no próximo dia 23 de março para dar início à concretização dos passos apresentados.

Um agradecimento especial à colaboradora do munícipe, Ana Paula Neves, pela disponibilidade, flexibilidade e simpatia facilitadores do nosso trabalho.

Disse Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Passamos à quinta comissão, Comissão do Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação, cuja coordenação está a cargo do Carlos Vitorino do PPD/PSD, faz favor."

Comissão do Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente, só referir que a nossa comissão já tem várias reuniões, efetuadas já tivemos quatro reuniões efetuadas, com a participação de quase todos os elementos, só salvo erro, uma vez, é que e por acaso até foi na última, não houve uma representação, porque nós temos tido sempre o cuidado quando elaboram as convocatórias de solicitar, a que, caso algum elemento de um determinado partido não possa comparecer que o seu líder de bancada seja informado, precisamente para de acordo com o regimento poder proceder à sua substituição aliás, o João Ricardo, esteve já presente uma vez em substituição da Andreia Bento, infelizmente, da CDU na última reunião é que não tivemos nenhuma resposta, mas a maioria das vezes, temos estado todos os presentes.

Referir que do trabalho da anterior comissão que tinha, de facto, já algum trabalho realizado, tinha sido até a coordenação do Colin, era muito dedicado à questão na altura da pandemia, portanto, nós optámos por uma abordagem, digamos que pós pandemia e devido também à comissão ter uma abrangência muito grande, nomeadamente a questão do Desenvolvimento Económico, a questão do Turismo, a questão da Inovação optámos nesta primeira fase, portanto, nestes primeiros dois anos, foi aquele que mais ou menos que combinámos de nos dedicarmos mais às questões do Turismo.

Em resultado disso, já mantivemos uma reunião com o Sr. vereador, Luís Calha e com a técnica da Câmara Municipal, Lígia Carvalho, aqui na Biblioteca, uma reunião muito produtiva, e muito explicativa em que o Sr. Vereador nos transmitiu aquilo que é o trabalho da Câmara Municipal e do Departamento de Turismo, também fomos convidados para participar no Fórum Turismo, infelizmente, por motivos profissionais só eu é que consegui estar presente, mas estivemos presentes também no Fórum Turismo de Palmela e na última reunião tivemos a ideia de ir, ao Posto de Turismo ao Castelo de Palmela, ter, no fundo a perceção daquilo que um turista ou um visitante, que chega a Palmela e que vai ao Posto de Turismo, porque depois aquela diferença, o turista tem que ter a pernoita isso é coisas que também nós vamos aprendendo e que nos vão explicando, mas qual é a oferta que tem direito? e, de facto, nós tínhamos até como ideia de fazer a visita ao posto e depois dar até uma visita ao Castelo, mas a verdade é que estivemos lá com a Cristina Mesquita funcionária da autarquia, que tivemos mais de duas horas de conversa e de explicação e isto sem prejuízo do serviço, portanto, quando entrava um turista estava lá outro funcionário ou então ela ia auxiliar, mas, de facto bastante produtivo e para termos uma ideia daquilo que é oferta, turística no concelho.

Posteriormente iremos reunir possivelmente ainda este mês, se calhar agora, no fim da reunião, tentaremos agendar uma data e continuar este trabalho, sendo que temos uma ideia que é, para além da questão da Vila de Palmela, nos centrarmos também nas freguesias e aproveitando aqui a presença dos Srs. Presidentes de Junta, eventualmente também pedirmos uma reunião com os Srs. Presidentes, em cada Junta de Freguesia, e também ouvir da parte das freguesias, as suas aspirações, sugestões, para depois, no final deste ano, aí sim, já podermos ter um relatório efetuado e, eventualmente, algumas recomendações sobre esta matéria.

Disse, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

As comissões que, unanimemente, na Comissão Permanente, foram aceites e que depois vieram a esta Assembleia Municipal para serem ratificadas por assim dizer, serão aquilo que os seus elementos e que os elementos que a constituem, queiram que seja, deixem-me dizer assim, e portanto, cabe a cada uma destas equipas, tentar encontrar o modelo de funcionamento que permita em função da responsabilidade que demos enquanto membros da Assembleia Municipal trazer, eventualmente, por um lado ter informação e depois tentar ter que trazer questões sendo que, é um pedido Sr. Presidente de Câmara, que eu perfeitamente corroboro que já tive ocasião de dizer na Comissão Permanente, que cada vez que se convoque técnicos que se convidem automaticamente, os Srs. Vereadores do Pelouro, ou seja, os técnicos vão acompanhar os Srs. Vereadores do pelouro que esclarecerão politicamente aquilo que tiverem que esclarecer, sendo que os técnicos esclareçam tecnicamente aquilo que tiverem com as esclarecer junto das comissões.

Em função disso, haverá, com certeza, disponibilidade dos seus vereadores para o fazerem, enfim, pelo número de reuniões que temos aqui durante este ano e pouco, não será por isso, com certeza que as reuniões não se farão com a sua presença.

Este é um ponto que temos no regimento e, portanto, é um ponto que ciclicamente neste mês de fevereiro traremos aqui à ordem de trabalhos.

Uma nota final, para vos dizer, eu expliquei isto também na reunião da Comissão Permanente, mas quando saímos daqui da última reunião agendamos o dia 23 de fevereiro, para fazer esta reunião da Assembleia Municipal, quero pedir desculpa, nomeadamente ao Carlos Valente do MCCP, que está fora e que tinha, enfim, agendado tudo de forma a estar no dia 23 aqui presente, não houve possibilidade em função deste ponto da ordem de trabalhos da Alteração Modificativa, e, portanto, entendi com o Sr. Presidente de Câmara que era muito mais simples alterarmos para uma data ainda em fevereiro que fosse possível fazermos esta reunião em conjunto e não virmos cá na próxima semana, ou na outra, para este último ponto da ordem de trabalhos, é este o esclarecimento que gostava de vos deixar nesta parte final, não temos nenhuma, enfim, temos as reuniões ordinárias que teremos que fazer as alturas próprias até lá, não sei se haverá algo que mereça que nos possamos voltar a reunir sendo que a Comissão Permanente reúne no dia 13 de março.

Muito obrigado, uma boa noite a todos, para quem nos assistiu em casa, também uma boa noite e tudo de bom.

Muito obrigado."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa